

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB  
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO,  
CONTABILIDADE E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO- FACE  
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - FCI**

**PROGRAMA DE INCENTIVO À LEITURA ARCA DAS LETRAS:  
ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE RURAL CAFÉ SEM TROCO -  
DF**

**JADIANA DE PAIVA DANTAS**

**Brasília-DF**

**2011**



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB  
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO,  
CONTABILIDADE E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO- FACE  
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - FCI**

**JADIANA DE PAIVA DANTAS**

**PROGRAMA DE INCENTIVO À LEITURA ARCA DAS LETRAS:  
ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE RURAL CAFÉ SEM TROCO -  
DF**

Monografia apresentada à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sofia Galvão Baptista

Brasília-DF  
2011

Dedico este trabalho à minha  
mãe Helenir, uma mulher  
forte que me ensinou as  
regras do bem viver.

Ao meu pai Dantas, um  
homem de inteligência  
admirável que me ensinou:  
“Se for para mudar, mude  
para melhor”.

Às minhas duas amadas  
irmãs, Josy e Joe, pelo apoio,  
força e demasiada  
importância em minha vida.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por sua presença em minha vida, sua graça e amor infinito.

Ao Tiago por sempre estar ao meu lado, por seu amor e carinho e por ter me ensinado que: uma mão lava a outra!

À professora Sofia Galvão Baptista pelos ensinamentos que aperfeiçoaram este trabalho e esta aluna. Pelos conselhos e palavras tão valiosas de apoio, força e fé.

Aos meu amigos que acompanharam esses anos de luta me ajudando sempre: Andréia, Daniel Marcus, Heraldo e Neide Gomes. Em especial à Kelly: sua força, sabedoria, companheirismo, e risadas tornou tudo mais leve.

Aos professores da Faculdade de Ciência da Informação que com muita competência e dedicação contribuíram grandiosamente para meu crescimento intelectual. Agradeço em especial à professora Ilza Leite Lopes por seu carinho e generosidade.

Aos funcionários da FCI: Reginaldo e Allan, que mesmo atarefados sempre agiram com gentileza e prontidão.

*“Os livros são acolhedores e nos permitem suportar os exílios da vida, nos permitem pensar, construir nossa morada interior, inventar um fio condutor para nossa história, considerando-a com humor, reescrevendo-a dia a dia. E as vezes nos empurram a atravessar oceanos, levados pelo desejo e pela força de descobrir paisagens, rostos jamais vistos, outras terras, onde outros encontros serão possíveis. Abramos, portanto, as janelas; abramos os livros!”*  
*(Michele Petit)*

**Resumo:** A leitura pode ser vista como reflexo do mundo em que vivemos e ao mesmo tempo agente de transformação do mesmo. Como elemento básico no acesso à informação, a leitura constitui-se essencial. É uma das principais ferramentas para inclusão social e a responsável pela formação de um cidadão crítico, criativo e participativo. Embora vários programas de incentivo à leitura existam há muitos anos, frequentemente não alcançam as comunidades rurais. Pensando sobre essa realidade, o Ministério do Desenvolvimento Agrário desenvolveu, em 2003, o Programa Arca das Letras, que tem como objetivo facilitar o acesso aos livros e incentivar a leitura nos assentamentos rurais, nas comunidades de agricultores familiares e de remanescentes de quilombos. A pesquisa, de caráter descritivo, tem o propósito de analisar as contribuições do referido programa nas comunidades rurais do Distrito Federal.

Palavras-chave: Acesso à informação. Exclusão social. Inclusão social. Importância da leitura. Bibliotecas rurais. Programa Arca das Letras.

**Abstract:** Reading can be seen as a reflection of the world we live and in the same time as an agent of transformation. As a basic element in the access to information, reading is essential. It is one of the most important tools of the social inclusion and it is responsible for the formation of a critical, creative and participative citizen. Although there are several programs to encourage reading, often it does not reach rural communities. Worried about this reality, the Ministério do Desenvolvimento Agrário has developed, in 2003, the program “Arca das Letras”, which aims to facilitate the access to books and encourage reading in rural settlements, remnants of quilombos and family farmers communities. The research, of descriptive character, aims to analyze the contributions of the program in the rural communities of Distrito Federal.

**Keywords:** Information access. Social exclusion. Social inclusion. The importance of reading. Rural libraries. Arca das Letras Program.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

**Figura 1:** Capa da cartilha Arca das Letras

**Figura 2:** Programa Arca das Letras/MDA

**Figura 3:** Programa Arca das Letras/MDA

**Figura 4:** Capacitação de Agentes de Leitura

**Figura 5:** Classificação dos livros/Arca das Letras

**Figura 6:** Caixa-estante da Arca das Letras

**Figura 7:** Programa Arca das Letras/MDA

**Figura 8:** Especificações para confecção da arca

**Figura 9:** Lançamento Arca das Letras na Fazenda Larga

**Figura 10:** Lançamento Arca das Letras/DF

**Figura 11:** Lançamento Arca das Letras/DF

**Figura 12:** Comunidade Café sem Troco

**Figura 13:** Biblioteca Arca das Letras na comunidade Café sem Troco

**Gráfico 1:** Significado da leitura para os brasileiros

**Gráfico 2:** Freqüência a bibliotecas

**Gráfico 3:** Escolaridade dos não-leitores

**Gráfico 4:** Não-leitores: relação renda/classe

**Gráfico 5:** Gênero dos entrevistados

**Gráfico 6:** Faixa etária dos entrevistados

**Gráfico 7:** Grau de instrução dos entrevistados

**Gráfico 8:** Renda dos entrevistados

**Gráfico 9:** Gêneros de maior interesse citado pelos entrevistados

**Gráfico 10:** Assunto de maior interesse citado pelos entrevistados

**Gráfico 11:** Benefícios da “Arca das Letras” para a comunidade

**Gráfico 12:** Conceitos/ideias mais utilizados .....

## **LISTA DE TABELAS**

**Tabela 1:** Formas de acesso aos livros/ classe social

**Tabela 2:** Gênero dos entrevistados

**Tabela 3:** Faixa etária dos entrevistados

**Tabela 4:** Escolaridade dos entrevistados

**Tabela 5:** Renda dos entrevistados

**Tabela 6:** Ocupação dos entrevistados

**Tabela 7:** Gosto pela leitura dos entrevistados

**Tabela 8:** Gênero mais lido entre os leitores

**Tabela 9:** Conhecimento a respeito do Programa Arca das Letras

**Tabela 10:** Realização de empréstimos na biblioteca Arca das Letras

**Tabela 11:** Número de empréstimos realizados

**Tabela 12:** Benefícios da “Arca das Letras” para a comunidade

**Tabela 13:** Conceitos/ideias mais utilizados

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. JUSTIFICATIVA.....	14
3 OBJETIVOS.....	15
3.1 Geral .....	15
3.2 Específicos.....	15
4. REVISAO DE LITERATURA.....	16
4.1 Exclusão e Inclusão Social na Sociedade da Informação.....	16
4.2 Exclusão Social no Brasil.....	18
4.3 Da Exclusão à Inclusão Social.....	20
4.4 Acesso à Informação.....	23
4.5 A Leitura como prática de Inclusão Social.....	27
4.5.1 Analfabetismo funcional.....	29
4.6 Retratos da Leitura no Brasil.....	30
4.7 O papel da biblioteca no incentivo à leitura.....	36
4.8 Comunidades Rurais.....	39
5 ESTUDO DE CASO.....	42
5.1 Programa Arca das Letras.....	42
5.2 Agentes de Leitura.....	45
5.3 O acervo da arca.....	46
5.4 O móvel da arca.....	47
5.5 Arca das Letras no Distrito Federal.....	48
5.5.1 Comunidade rural Café sem Troco.....	51
6 METODOLOGIA.....	53
.....	54
6.1 Delimitação do problema.....	54
6.2 Tipo de pesquisa.....	54
6.3 Caracterização do universo da pesquisa e amostra.....	54
6.4 Instrumento de coleta de dados.....	55
6.5 Variáveis.....	55
6.6 Análise dos dados.....	56
.....	56
6.6.1 Gênero dos entrevistados.....	56
6.6.2 Faixa etária dos entrevistados.....	57
6.6.3 Grau de instrução dos entrevistados .....	58
6.6.5 O gosto pela leitura.....	62
6.6.6 O Programa Arca das Letras.....	64
7 CONCLUSÃO.....	72
8 REFERÊNCIAS.....	74
ANEXOS.....	79

# 1. INTRODUÇÃO

Ao se tratar do meio rural brasileiro, é necessário pensar em um contingente populacional de mais de 31 milhões de habitantes, que representam 17% da população brasileira, conforme dados da PNAD/IBGE de 2009. Grande parte da população rural é pobre e continua sob os estigmas do analfabetismo e da exclusão social e assim, com imensa dificuldade de ter acesso à informação.

Ainda há, no Brasil, índices muito baixos de acesso à informação e ao conhecimento, e, se essa realidade é ruim nas cidades, muito mais grave é na zona rural. Nesse cenário, o incentivo de acesso aos bens simbólicos surge como componente essencial no processo de desenvolvimento educacional, cultural e social no campo.

A ausência do Estado, na implantação de políticas para a zona rural, sobretudo em relação à educação e às atividades de leitura é um dos principais obstáculos para o processo de inclusão social no meio rural.

De acordo com a pesquisa **“Retratos da Leitura no Brasil”**, realizada pelo Instituto Pró-Livro (2008) 73% dos brasileiros não freqüentam bibliotecas. A ausência de bibliotecas no campo é uma realidade que contribui negativamente às estatísticas. Embora vários programas de incentivo à leitura existam há muitos anos, não alcançam as comunidades localizadas em núcleos rurais.

De conhecimento desta realidade, os Ministérios da Educação, da Cultura, da Justiça, e de Minas e Energia com a iniciativas de outras esferas públicas e privadas, lançam em 2003 o Programa de Bibliotecas Rurais Arca das Letras com a finalidade de disseminar a informação e a literatura no meio rural.

A biblioteca no meio rural promove desenvolvimento, cultura e promove o aperfeiçoamento de técnicas produtivas e, ainda, ascensão educacional e a integração de gerações nas atividades coletivas para o incentivo à leitura. (SOARES, CARNEIRO, 2010).

O presente trabalho objetiva, descrever o Programa Arcas das Letras e traçar o perfil dos moradores de uma comunidade rural participante do programa e analisar seus discursos mediante entrevistas.

Estruturou-se o trabalho em capítulos, no qual a primeira etapa é exposto a justificativa e objetivos. Em seguida, encontra-se a revisão de literatura sobre

exclusão e inclusão social, acesso à informação, importância da leitura, o papel da biblioteca no incentivo à leitura e comunidades rurais. O estudo de caso sobre o Programa Arca das Letras na comunidade rural Café sem Troco no DF, complementa o trabalho. Posteriormente encontra-se a descrição da metodologia e a análise dos dados obtidos com o instrumento de pesquisa adotado. Por fim, fecha-se o trabalho com as considerações finais.

## **2. JUSTIFICATIVA**

“A leitura é um tema muito explorado no meio acadêmico e também fora deste, e já está mais do que comprovado a sua importância e valor.” (OLIVEIRA, 2004). Quando observado o uso da leitura como uma prática de inclusão social, ainda temos, valiosos e importantes estudos e análises. Entretanto, não há muitos estudos sobre as bibliotecas em comunidades rurais.

As comunidade localizadas nas áreas rurais no país são freqüentemente “esquecidas” na implantação de programas sociais de iniciativa do governo brasileiro. Incluem-se nesses programas, projetos de incentivo à leitura e promoção de acesso à informação. Essas comunidades, ainda hoje, são estigmatizadas pela sociedade e na verdade, têm poucas oportunidades de desenvolvimento cultural e acesso à informação. Essa problemática serviu como inquietação introdutória para o desenvolvimento desse trabalho.

Programas de incentivo à leitura podem modificar o cenário nas comunidades rurais. Eles possibilitam conquistas que de outra forma não seriam facilmente alcançadas. No processo de construção de uma sociedade democrática o papel do Estado é criar políticas públicas sintonizadas com os anseios e as necessidades das populações rurais.

O interesse pelo conhecimento do Programa de Bibliotecas Rurais Arca das Letras e do perfil dos moradores dessas comunidades rurais, unido à estima pelo poder da leitura serviram de fundamentos para elaboração desse trabalho.

## **3 OBJETIVOS**

### ***3.1 Geral***

A partir da revisão bibliográfica, abordando a temática: acesso à informação para inclusão social, objetiva-se descrever o Programa Arca das Letras. Identificar o perfil dos usuários e analisar as possíveis contribuições do programa nas comunidades rurais.

### ***3.2 Específicos***

- Explicitar a importância do acesso à informação e à leitura para a promoção da inclusão social das comunidades em situação de exclusão social;
- Descrever o Programa Arca das Letras: histórico, princípios norteadores, parcerias, metodologia e ainda quanto à implantação do programa no Distrito Federal e a comunidade rural Café sem Troco do Distrito Federal, objeto do estudo de caso;
- Verificar o perfil dos moradores da comunidade e,
- Analisar, a partir dos resultados da coleta de dados, as possíveis contribuições do programa para a comunidade.

## 4. REVISAO DE LITERATURA

### 4.1 Exclusão e Inclusão Social na Sociedade da Informação

*Triste mundo, que veste quem está vestido e  
despe quem está nu.*

*Calderon de la Barca*

A sociedade se apresenta como um mapa, demarcado por posições e espaços definidos que atribuem às pessoas, por meio das instituições sociais, certa trajetória e possibilidades de vida. Todas as sociedades de que se tem conhecimento, sempre foram desiguais, ou seja, há desigualdades de distribuição de bens e produtos culturais e materiais em todas elas. Há alguns anos, se discutia com muita ênfase a desigualdade econômica como sendo a principal causa da pobreza e exclusão social no mundo.

A partir da década de 60, vários autores têm demonstrado que a economia se desloca da indústria para os serviços, da força para o conhecimento, sendo esse novo tempo denominado sociedade pós-industrial ou sociedade do conhecimento ou Sociedade da Informação.

Vivemos na sociedade da informação - das tecnologias, dos sistemas de informação e da Internet -, na qual “nenhuma fronteira detém à informação” (LE COADIC, 2004, p.8).

Segundo Castells (1999, p. 32), “Essa nova estrutura social está associada ao surgimento de um novo modo de desenvolvimento, o informacionalismo”. Este novo modelo de organização da sociedade assenta num modo de desenvolvimento social e econômico onde a informação, como meio de criação de conhecimento, desempenha papel fundamental na produção de riqueza e na qualidade de vida dos cidadãos.

Masuda (1980), define essa sociedade da informação como uma sociedade em que o peso do sistema econômico produtivo é cada vez mais centrado no fator informação.

Baggio (2000) observa:

O ingresso da humanidade na Era da Informação é um fato, mas ainda apenas para uma pequena parcela da população. Há 100 anos, ninguém imaginava que o desenvolvimento tecnológico nos daria a alcunha de Sociedade da Informação. Agora temos uma infinidade de soluções digitais cada dia mais surpreendentes e avançadas. Entretanto, devemos estar atentos para não nos iludirmos confundindo progresso com pirotecnia. Se esse conhecimento acumulado não for compartilhado pela sociedade como um todo, correremos o risco de ratificarmos o abismo que separa os ricos dos pobres (BAGGIO, 2000).

Essa nova sociedade, traz consigo outras formas de fenômenos sociais especialmente as que estão diretamente relacionadas pelos bens produzidos pela informação. É neste contexto que se insere a exclusão social.

O termo exclusão social ainda não alcançou um consenso que permita a formulação de uma conceituação única, dadas as ambiguidades inerentes a ele, podendo ser confundido com pobreza e desigualdade.

Destaca-se aqui, que a pobreza e a exclusão social não são conceitos idênticos, mas são muito próximos. Portanto, ao se abordar a exclusão social não se tem a possibilidade de visualizá-la sem a realidade socioeconômica do país e dos seus indivíduos.

Segundo Nascimento (1994), os conceitos de desigualdade e pobreza são diferentes entre si e igualmente distintos do de exclusão social. O conceito de exclusão social está mais próximo, como oposição, ao de coesão social, ou, como sinal de ruptura, do de vínculo social.

O autor ainda define exclusão social como:

(...) ato de excluir, de colocar à margem um determinado grupo social, (...) refere-se sempre a um processo social de não-reconhecimento do outro, ou de rejeição, ou, ainda, intolerância. Dito de outra forma, trata-se de uma representação que tem dificuldades de reconhecer no outro direitos que lhes são próprios.

(NASCIMENTO, 1994).

Costa (1998) afirma que a “exclusão social nem sempre está relacionada à pobreza. Mas que a pobreza é uma forma de exclusão social, a qual por sua vez, guarda estreita relação com a cidadania”.

A pobreza é associada à baixa ou insuficiência de renda, enquanto que a exclusão social é interpretada de forma mais ampla que envolve restrições à “mobilidade social”, resultantes de condições como raça, sexo, escolaridade, ocupação, como também fatores socioeconômicos, culturais, institucionais e políticos. (...) que a exclusão social faz com que um indivíduo ou uma família, independentemente de seus esforços ou mérito pessoal, tenha reduzidas suas possibilidades de ascensão social, no presente ou no futuro. (SARTÓRIO, 2008, p.48).

Sawaia (2002), aponta que a exclusão é um processo complexo e multifacetado, uma junção de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas e que não possui uma única forma e não pode ser considerada uma falha do sistema, ao contrário, ela é produto do funcionamento do sistema.

Assim, a exclusão social assume características de natureza política e econômica, fazendo com que alguns segmentos sociais sejam algo *porque tem*, enquanto outros não sejam *porque não tem* e possivelmente, jamais serão, pois nunca terão (CAMPOS et al, 2003).

## **4.2 Exclusão Social no Brasil**

O Brasil é historicamente um país com enormes desigualdades sociais e econômicas. Apesar de ser um país com um número significativo de pessoas na linha da pobreza, o Brasil não é um país pobre, mas precisa superar uma realidade de injustiça e exclusão social.

A exclusão social no Brasil tem sua origem desde o período colonial, era constituído, já dessa época, de uma sociedade colonizada onde as relações eram entre colonizador e colonizado. Ser trazido para à colônia era um castigo de degradação para alguns portugueses. Tratava-se de um território de segregação e exploração de riquezas .

Acrescente-se, a essa cultura, o processo de escravidão que seqüestrou a condição humana à elite e fez de negros e índios objetos de demonstração de riqueza (SPOSATI, 1998).

A independência política, que pôs fim à condição de colônia dependente da metrópole portuguesa; a abolição da escravidão em 1888, que marcou o início da consolidação da economia de mercado com a expansão ainda que parcial e truncada do assalariamento; e a instalação da república, que com a expansão do estado e a diversificação industrial tornou possível o surgimento de novos grupos sociais, foram passos inegavelmente importantes na construção da identidade brasileira. Mas isso, por si só, não resultou suficiente para que o país viesse a deixar de ser uma nação fundada na exclusão social. (POCHAMNN et al, 2004).

Somente a partir das Constituições de 1934 e 1946, o país passou a difundir os direitos políticos, com a universalização do voto, excetuando os analfabetos. Até 1930 a democracia tinha características bastante restritas. A maior parte da população, que se localizava no meio rural, ficou excluída legalmente do acesso aos direitos sociais e trabalhistas até a década de 1960. com o Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, e a instalação do Funrural, em 1967, a população do campo passou a ter acesso gradualmente aos direitos sociais e trabalhistas (CAMPOS et al,2003).

Em anos recentes, a sociedade e o governo brasileiro passam a demonstrar um maior interesse quanto à necessidade de reverter essa condição, criando mecanismos de participação, programas, projetos e ações que indicam um movimento de transformações positivas. Instituiu e fortaleceu programas como o Bolsa Família e o Fome Zero, que objetivam garantir as populações mais pobres condições básicas de subsistência. Esses programas garantem o mínimo existencial e ainda configuram-se como os maiores programas de redistribuição de renda da História do Brasil.

Mas como afirma Bourdieu (2003), não basta garantir a redução da desigualdade social pelas medidas de distribuição de renda, há de se distribuir também oportunidades, viabilizando o acesso de todos também aos capitais simbólicos que regulam os processos de exclusão/inclusão social.

Sobre os bens simbólicos Kobashi e Tálamo (2003) corroboram que ao contrário do bem material, a informação é um bem simbólico, por que se elabora, organiza e circula no interior da linguagem e ainda ao contrário do bem material, o uso da informação não a esgota.

### **4.3 Da Exclusão à Inclusão Social**

Na tentativa de diminuir desigualdades e diferenças sociais, e caminhar para a integração da sociedade, um dos temas mais comum nos discursos atuais, em todas as esferas e contextos, é o que exalta a inclusão, seja ela: social ou digital.

Segundo Costa (2007):

É importante mencionar que a inclusão social é o termo oposto à exclusão e seus correlatos são a inserção e a integração social. Para que o Brasil atinja o padrão intermediário de inclusão social, necessitará investir continuamente e adicionalmente, a cada ano, até 2020, a quantia equivalente a 14,5% do seu Produto Interno Bruto (PIB), em oito complexos sociais selecionados (educação, saúde, habitação, cultura, informática, pobreza, trabalho decente e previdência social.) (COSTA, 2007).

De acordo com Pochmann e Amorim (2005, v.5, p. 138), “as bases da inclusão social podem ser identificadas sinteticamente na capacidade de um País fazer avançar tanto a renda individual de sua população como a oferta acessível de equipamentos e serviços públicos”.

A exigência de políticas públicas que garantam a participação efetiva das pessoas na sociedade tem sido uma constante, cada vez maior, na luta pela democratização dos direitos sociais, centrando, nos direitos individuais das populações excluídas e na criação de espaços menos excludentes, com vista à consolidação de uma sociedade mais tolerante em todos os sentidos (NASCIMENTO, 2009).

O problema da exclusão é encarado pelos programas oficiais do governo brasileiro e pelas ONGs de modo parcial, privilegiando ora a geração de renda (bolsa de escola, cesta básica etc.), ora a questão de emprego.

Segundo Rattner (2002), esses programas não atingem o objetivo de inclusão social, no sentido mais *lato* e profundo da palavra, por omitir a dimensão central do fenômeno— a perda de auto-estima e de identidade de pertencer a um grupo social organizado.

O referido autor afirma:

A inclusão torna-se viável somente quando, através da participação em ações coletivas, os excluídos são capazes de recuperar sua dignidade e conseguem - além de emprego e renda - acesso à moradia decente, facilidades culturais e serviços sociais, como educação e saúde (RATTNER,2002).

A inclusão social pode ser entendida como a ação de proporcionar para populações que são social e economicamente excluídas – no sentido de terem acesso muito reduzido aos bens (materiais, educacionais, culturais, etc.) e terem recursos econômicos muito abaixo da média dos outros cidadãos – oportunidades e condições de serem incorporadas à parcela da sociedade que pode usufruir esses bens. Em um sentido mais amplo, a inclusão social envolve também o estabelecimento de condições para que todos os habitantes do país possam viver com adequada qualidade de vida e como cidadãos plenos, dotados de conhecimentos, meios e mecanismos de participação política que os capacitem a agir de forma fundamentada e consciente (MOREIRA, 2006).

Um dos aspectos da inclusão social é possibilitar que cada brasileiro tenha a oportunidade de adquirir conhecimento básico sobre a ciência e seu funcionamento que lhe dê condições de entender o seu entorno, de ampliar suas oportunidades no mercado de trabalho e de atuar politicamente com conhecimento de causa.

A inclusão é um dos grandes desafios de nosso país que, por razões históricas, acumulou enorme conjunto de desigualdades sociais no tocante à distribuição da riqueza, da terra, do acesso aos bens materiais e culturais e da apropriação dos conhecimentos científicos e tecnológicos.

O governo brasileiro consolida uma dada concepção de inclusão não afiançando a garantia de direitos sociais em suas ações: caracterizam as atenções sociais como concessões partilhadas com a filantropia da sociedade e não assumidas como responsabilidade pública (SPOSATI, 1998).

O Estado tem papel fundamental na mudança da realidade social do país. Políticas e programas sociais inclusivos e de caráter universal devem garantir o exercício da cidadania, possibilitando a autonomia na vida dos cidadãos.

Pochmann e Amorim (2005) apontam que, geralmente, os agentes definidores das políticas públicas que representam os interesses das classes dominantes e possuem poder de barganha no âmbito da correlação de forças na sua definição não levam em consideração o caráter desigual da sociedade, considerando a igualdade como resumo dos seus exclusivos interesses. Este é um fator que interfere rigorosamente sobre o caráter e os meios de operacionalização das políticas públicas.

Costa (2007) observa que, num Estado em que os governantes organizam as políticas públicas a fim de atender aos interesses do capital financeiro, a alocação de recursos para atender às demandas da sociedade civil fica seriamente prejudicada e restrita.

Martini (2005), observa que estar incluído na sociedade é condição vital para o desenvolvimento de qualquer cidadão cabendo às várias esferas de governo dar a oportunidade de incluir a população nos benefícios do acesso aos serviços públicos e o acesso à informação.

Araújo (1999) afirma que no contexto das práticas sociais, a informação é um elemento de fundamental importância, pois é por meio do intercâmbio informacional que os sujeitos sociais se comunicam e tomam conhecimento de seus direitos e deveres e, a partir deste momento, tomam decisões sobre suas vidas, seja de forma individual, seja de forma coletiva.

[...] a construção da cidadania ou de práticas de cidadania passa necessariamente pela questão do acesso e uso da informação, pois tanto a conquista de direitos políticos, civis e sociais, como a implementação dos deveres do cidadão dependem fundamentalmente do livre acesso à informação sobre tais deveres e direitos, ou seja, depende da ampla disseminação e circulação da informação [...] (ARAÚJO, 1999).

Todavia, muitos ainda estão à margem do acesso à informação, principalmente, aquele tipo de informação que pode acenar com sinais de novos tempos. Dentro de um contexto de mudanças, de contrastes sociais e de muita desigualdade, levar a informação ao alcance de todos é um desafio para essa sociedade (NASCIMENTO, 2009).

#### **4.4 Acesso à Informação**

Uma das necessidades humanas fundamentais é a necessidade de informação. Le Coadic (2004) afirma que a existência de problemas não resolvidos, objetivos a serem realizados e a constatação de um conhecimento inadequado ou insuficiente é o que nos leva em busca da informação. O ser humano raramente busca informação como um fim em si mesmo. Ao contrário, ela é parte de um processo de tomada de decisão ou solução de problemas (FERREIRA, 2003).

Além de ser um conhecimento capaz de mudar a estrutura cognitiva de um indivíduo a informação pode auxiliar nas tomadas de decisões e ser uma ferramenta valiosa e útil para alcançar sucesso. [...] a informação não é algo que chega até nós e nos deixa ilesos. Ao contrário, chega e quase que automaticamente é processada e provoca alguma transformação ainda que mínima ou sem maiores conseqüências (CARVALHO, TAVARES, 2001).

Segundo Barreto (1994) a informação, quando assimilada adequadamente, produz conhecimento, modifica o estado anômalo de informação traz benefícios ao desenvolvimento do indivíduo e desenvolvimento à sociedade em que ele vive.

O usuário da informação precisa ter clareza dos seus objetivos e saber explorar suas necessidades diante da informação que está disponível. Porém, é fato que essa necessidade de informação não é partilhada igualmente por todos os seres humanos.

Para Milanesi (2003), as pessoas não só precisam encontrar o que desejam, mas precisam desejar o que precisam. Sabe-se que a informação não circula livremente em todos os setores da sociedade, inclusive porque a maioria dos indivíduos sequer identifica suas necessidades informacionais.

O reconhecimento dessas necessidades e a obtenção da informação é tanto mais difícil quanto mais baixo seja o nível socioeconômico do cidadão. Miranda (1980) descreve a informação como “uma arma que pode ser usada para o progresso da humanidade ou para a exploração de alguns grupos por outros”.

Para Varela (1999), o grau de desenvolvimento de uma sociedade pode ser evidenciado pela qualidade da informação gerada e disponibilizada aos indivíduos Segundo Moore (1997, apud VARELA, 1999, p. 28) a informação é um bem social

quando as pessoas a utilizam em suas atividades sociais, educacionais e culturais, exercendo os seus direitos à cidadania.

O acesso à informação tem como propósito desenvolver o potencial criativo e intelectual dos indivíduos; entreter; dar sentido às ações dos homens no cotidiano; tornar públicas as proposições políticas e decisões que, tomadas na esfera do Estado, têm reflexos diretos sobre a qualidade de vida das populações. E, de um modo geral, permitir o exercício da cidadania, o que só é possível se os cidadãos tiverem o pleno conhecimento de seus direitos e deveres (Araújo, 1999).

Dudziak (2007) considera que o processo de construção de uma sociedade democrática plena é longo e difícil, especialmente nos países em desenvolvimento, onde as dificuldades são muitas: a condição periférica, a histórica lacuna educacional (*learning divide*), a carência de políticas e ações integradas, a falta de implementação de um desenvolvimento integrado e sustentável, os problemas de acesso à informação, à saúde, etc.

O acesso à informação é um direito do cidadão assim como o acesso à educação e deveria ser assegurado a todos de modo igualitário.

De acordo com Milanesi (2003):

É um direito do homem o acesso à informação , ao conhecimento. Para que isso, na prática, possa ser efetivado é preciso criar serviços capazes de colocar à disposição das pessoas tudo o que elas desejam e precisam conhecer. Aquilo que é considerado como “patrimônio cultural da humanidade” deve estar ao alcance de todos, independente da classe e idade, bem como toda e qualquer informação que possa ser do interesse coletivo (MILANESI, 2003, p.192)

Assim, “cada cidadão deveria estar consciente do direito à informação de que necessita, seja ela para capacitação profissional, desempenho de suas obrigações sociais ou para leitura recreativa” (MIRANDA, 1977, p.179).

Mas, inúmeras são as pessoas que jamais utilizam um sistema de informação.

Segundo dados do IBGE (2010), hoje há quase 14 milhões de analfabetos no Brasil, na faixa etária dos 15 anos ou mais, entretanto, ainda não se sabe quantos são os analfabetos digitais.

O governo brasileiro, tem desenvolvido projetos com o intuito de prover acesso às novas tecnologias à uma faixa da população alfabetizada mas carente de recursos. Inicialmente falava-se em “democratização da informática” referindo-se ao ambiente computacional e suas ferramentas de trabalho, mas hoje o foco é a promoção da “inclusão digital”, expressão que engloba não apenas o acesso ao aparato tecnológico mas o acesso à informação produzida e disseminada no meio digital. (DUARTE, 2007).

[...] acesso não significa apenas conexão física e acesso ao hardware, ou melhor; não é o acesso à tecnologia que promoverá a inclusão, mas sim a forma como essa tecnologia vai atender às necessidades da sociedade e comunidades locais, com uma apropriação crítica, pois o papel mais importante do processo de inclusão digital deve ser a sua utilidade social. Schwarzelmüller (2005, *apud* DUARTE, 2007, p.103)

Para Ferreira (2003) o Estado precisa encarar a informação como um recurso de gestão e desenvolvimento para o país. Nessa ótica, assim como se concebem políticas direcionadas para os setores de habitação, saúde, educação, segurança pública e geração de emprego e renda, cabe aos governos, em sua escala federal, estadual e municipal, desenvolver políticas de informação.

Nos níveis superiores da sociedade a informação é utilizada para complementar a obtenção de conhecimento, nos níveis mais baixo isso não é possível, devido ao analfabetismo, ao baixo poder aquisitivo e à falta do hábito de leitura. Essa realidade produz conseqüências negativas ao país, tais como baixo desenvolvimento científico, tecnológico e cultural.

Daí a necessidade de uma tomada de posição do Estado comprometida com a eliminação dos entraves, por meio de políticas públicas voltadas para a real inclusão do cidadão, em um contexto em que a informação é preconizada como a nova força motriz do desenvolvimento (FERREIRA, 2003).

Gamboa (1997) aponta que, as informações utilizadas nos processos produtivos, em momentos de decisões e na geração de novas tecnologias são estritamente controladas e ao se tratar das informações que produzem dispersão, confusão, distração, divertimento ou lazer, ou ainda àquelas que disseminam ideologias desmobilizadoras e concepções fantasiadas do mundo são democraticamente divulgadas.

Santos (2007) afirma que “expropriação do saber causa preocupação e representa um grave problema: analfabetismo funcional e analfabetismo informacional são obstáculos à formação de sujeitos autônomos e cidadãos críticos” (SANTOS, 2007).

“A trava da ignorância é uma forma de colonização da inteligência e da sensibilidade que embota a emoção e a vontade” (SANTOS, 2007). Sem acesso à educação e ao saber o indivíduo não caminha em direção ao sucesso, sua leitura do mundo é superficial e não há um posicionamento crítico frente ao que vivem.

Kenski (2007) aponta “ a educação é um mecanismo poderoso de articulação das relações entre poder, conhecimento e tecnologias”. Nesse sentido, democratizar a informação não pode ser sinônimo de programas de inclusão digital.

Barreto (1994) afirma que a disponibilidade ou a possibilidade de acesso à informação, em uma realidade marcada por desajustes sociais, econômicos e políticos, não implicará em uso efetivo que produza conhecimento. É necessário que o cidadão tenha condições de compreender este insumo recebido e transformá-lo em conhecimento esclarecedor e libertador.

## **4.5 A Leitura como prática de Inclusão Social**

*Chega mais perto e contempla as palavras.  
Cada uma tem mil faces sob a face neutra e te pergunta,  
sem interesse pela resposta, pobre ou terrível,  
que lhe deres: trouxeste a chave?*

Carlos Drummond de Andrade.

Conforme Freire (1988) afirma, a leitura da palavra reflete a própria leitura do mundo, ou seja, a leitura pode ser vista como reflexo do mundo em que vivemos e ao mesmo tempo agente de transformação do mesmo.

Para Silva (2010), a definição de leitura é estabelecida em função da convivência social e de experiências vividas na escola, na biblioteca e na família, lugares onde o livro e a leitura são mais presentes. Ler é "um instrumento de luta contra a dominação, é (...) possuir elementos de combate à alienação e ignorância".

Como elemento básico no acesso à informação, a leitura constitui-se essencial. É a responsável pela formação de um cidadão crítico, criativo e inovador, (OLIVEIRA, SIENNA, 2008).

Scliar (2008) afirma que "lendo, adquirimos saber; ora, saber é poder, e essa verdade se afirma dia-a-dia no tipo de sociedade em que vivemos uma sociedade em que a informação é decisiva".

Silva (2010) propõe a prática da leitura crítica, não o simples ato de absorver o conteúdo do texto, mas compreendê-lo e criticá-lo. Quando o leitor reflete sobre o assunto do texto, ele conhece outros mundos e outras formas de viver em sociedade. Ele tem a capacidade de participar e transformar a sua realidade.

A leitura, ao possibilitar o domínio da palavra, é poderoso instrumento de desenvolvimento individual e de emancipação.

Consiste, também, em importante meio de socialização, porque permite que a pessoa elabore mensagens e se comunique por meio de um código comum ao conjunto da sociedade.

No entanto, grande parcela da população brasileira não domina as habilidades mínimas de leitura, o que constitui uma enorme dívida social na distribuição e democratização dos bens simbólicos (GARCEZ,2008).

Nesse sentido, acrescenta-se que, se o indivíduo não incorpora a prática de leitura, não desenvolve de forma satisfatória as habilidades necessárias ao uso do conhecimento para poder entender, compreender e apreender.

De acordo com Silva (2010), existem três categorias para a leitura: Informação, Conhecimento e Prazer. A leitura informativa mantém o cidadão atualizado acerca dos acontecimentos do dia-dia. A leitura do conhecimento diz respeito sobre os processos de pesquisa e estudo e a leitura de prazer é relacionada ao lazer do indivíduo.

Pela leitura, o ser humano não só absorve o conhecimento, como pode transformá-lo em um processo contínuo

O referido autor acrescenta, “o ato de ler é, fundamentalmente, um ato de conhecimento. E conhecer significa perceber mais contundentemente as forças e as relações existentes no mundo da natureza e no mundo dos homens, explicando-as”. (SILVA, 2010).

De acordo com Barreto (2008), desde o aparecimento da imprensa, a leitura é considerada instrumento dos mais importantes na aquisição da informação.

Scliar (2008) diz:

Leitura informa, leitura emociona [...] é melhor apresentar a leitura como um convite amável, não como uma tarefa, como uma obrigação que, ao fim e ao cabo, solapam o próprio simbolismo da leitura, transformada num trabalho árido quando não penoso. A casa da leitura tem muitas portas, e a porta do prazer é das mais largas e acolhedoras. (SCLIAR, 2008).

Assim, a leitura enquanto oportunidade de enriquecimento e experiência é primordial para a formação do indivíduo e do cidadão.

A formação de leitores se configura como imperativo da sociedade atual. Pessoas afeitas à leitura, aptas a penetrar os horizontes veiculados em textos mais críticos, são capazes de melhor desempenho em suas atividades e apresentam melhor aptidão para o enfrentamento dos problemas sociais (ROCHA, 2007).

No Brasil, apesar dos recentes avanços na educação, a questão do livro e da leitura, ainda não é reconhecida como algo realmente importante e estratégico para seu presente e, sobretudo para construir um outro tipo de futuro (AMORIM, 2008).

Ao contrário do ideal, a maior parte da população brasileira, só tem contato com a leitura na escola. Como ressalta Silva (2010), no ambiente escolar a leitura pelo *prazer estético* é substituído pela leitura da obrigação, do tempo pré-determinado, dos fichamentos vazios e da interpretação pré-fixada e outros mecanismos que levam ao desgosto pela leitura e à morte paulatina de leitores.

#### **4.5.1 Analfabetismo funcional**

Outro problema é o analfabetismo funcional, ocorre quando o indivíduo lê, mas não consegue compreender o texto. O IBGE considera analfabeto funcional aquele que estudou menos de quatro anos.

Segundo Oliveira *et al* (2007), a expressão “analfabeto funcional” designa aquele que “aprendeu a ler”, mas não é capaz de entender todas as sutilezas de um texto, sendo que esse analfabeto é resultante do processo (atual) de alfabetização no Brasil. Dados do INAF (2009) apontam que 21% da população brasileira de 15 a 64 anos foram classificados no nível de analfabetos funcionais.

Essa realidade de analfabetismo funcional confirma que a educação básica é o pilar fundamental para promover a leitura, o acesso à informação e a cultura mas não é tarefa exclusiva da escola, os programas de dinamização de bibliotecas escolares e inclusão digital são fundamentais e devem ser levados a sério pelas políticas públicas (RIBEIRO, 2006).

Para Rosa e Oddone (2006) transformar o Brasil em um país de leitores não é tarefa fácil, sobretudo no contexto da sociedade da informação, no qual novos suportes informacionais direcionam as políticas não apenas para as práticas leitoras e para a alfabetização cidadã, mas principalmente para o domínio das novas

tecnologias, muitas vezes distantes da formação do cidadão leitor e apenas instrumentalizadoras de habilidades primárias que têm como objetivo incluir o cidadão nessa sociedade.

#### **4.6 Retratos da Leitura no Brasil.**

A pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, tem sido a principal ferramenta de indicadores sobre a prática de leitura no Brasil. O 1º estudo foi realizado em 2000-2001 e o segundo em 2007-2008. Uma iniciativa do Instituto Pró-Livro – organização não-governamental criada e mantida pelas principais entidades do livro no País, executada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) e coordenada pelo Observatório do Livro e da Leitura (OLL), com o apoio da Abrelivros, Câmara Brasileira do Livro, Sindicato Nacional dos Editores de Livros e Plano Nacional do Livro e Leitura.

A pesquisa<sup>1</sup> foi aplicada em 311 municípios de todo o país de 29 de novembro a 14 de dezembro de 2007, o que representou mais de 172 milhões de pessoas, ou seja, 92% da população.

Mostra os hábitos de leitura no País e fornece informações essenciais para o planejamento mercadológico e o estabelecimento de políticas públicas, buscou-se também, conhecer o perfil de leitores e dos não-leitores de livros, suas preferências, opiniões, hábitos e práticas do cotidiano. Quis saber, também, sobre quem são os principais influenciadores, as barreiras contra a leitura e como anda a percepção sobre leitura no imaginário da sociedade.

A pesquisa verificou o significado da leitura para os brasileiros: 26% dos leitores não sabem o que a leitura significa, mas outros tantos 26% dão um significado intelectual e vão em busca de mais conhecimento por acreditarem que a leitura qualifica o pensamento para atuação na sociedade.

Conforme o **Gráfico 1** a seguir:

---

<sup>1</sup> Dados da Pesquisa Nacional por Amostras por Domicílio (PNAD/ IBGE), retirados do livro *Retratos da Leitura no Brasil: olhares e reflexões* (2011).



**Gráfico 1:** Significado da leitura para os brasileiros  
**Fonte:** Pesquisa Nacional por Amostras por Domicílio (PNAD/ IBGE)

De acordo com a pesquisa, 95,6 milhões (55% da população estudada) declararam ter lido pelo menos 1 livro nos últimos 3 meses (anteriores à pesquisa), 47,4 milhões (50%) dos leitores são estudantes que lêem livros indicados pelas escolas (inclusive didáticos) e 6,9 milhões (7%) dos leitores estavam lendo a Bíblia.

146,4 milhões de brasileiros (85% da população estudada) afirmam possuir pelo menos 1 livro em casa.

Há uma grande, enorme fatia da população que não conhece os materiais de leitura, ou conhece muito mal. Há um claríssimo problema de acesso aos materiais de leitura, especialmente ao livro. Mesmo tendo-os por perto, falta a descoberta, a volta na chave que faz a súbita ligação e torna o sujeito capturado para a leitura (FERREIRA, 2011).

	Classe A	Classe B	Classe C	Classe D	Classe E
Comprados	73% ←	65% ←	48% ←	32% ←	27%
Fotocopiados/ xerocados	5%	8%	8%	5%	2%
Presenteados	30%	30%	21%	24%	25%
Emprestados por bibliotecas (inclusive escolares)	24%	31%	37%	33%	22%
Emprestados por particulares	35%	47%	46%	44%	49%
Distribuídos pelo governo e/ou escolas	3% →	11% →	15% →	29% →	40%
Baixados gratuitamente da internet	10%	13%	9%	3%	3%
Não costuma ler livros	5%	6%	5%	4%	0%

\* resposta dada somente por leitores

**Tabela 1:** Formas de acesso aos livros/ classe social

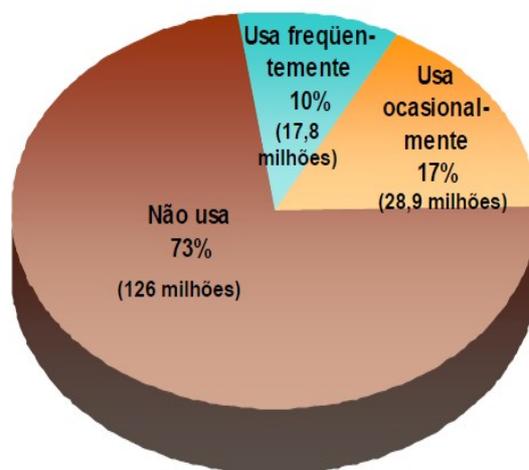
**Fonte:** Pesquisa Nacional por Amostras por Domicílio (PNAD/ IBGE)

Segundo Ferreira (2011, p.53) muitos, mesmo tendo contato com algum material (jornal, revista e livro, (por exemplo), não conseguem obter uma relação efetiva com o mesmo, não descobriram sua importância nem tão pouco o gosto e prazer que podem oferecer.

Os dados da pesquisa mostram que a ausência de leitura é justificada por meio de vários motivos, dentre eles está a falta de tempo, com 54%, outras preferências 34%, desinteresse 19%, falta de dinheiro 18% e falta de bibliotecas, por exemplo, 15%. Assim, 33% das alegações dizem respeito à falta de acesso real ao livro e 53% dizem respeito ao desinteresse pela leitura.

Leitores freqüentam bibliotecas basicamente durante a vida escolar (46% dos alunos não têm esse hábito). Apenas 1 em cada 4 estudantes freqüenta bibliotecas públicas municipais.

## 3 em cada 4 brasileiros não vão a bibliotecas



**Gráfico 2:** Freqüência à bibliotecas

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostras por Domicílio (PNAD/ IBGE)

O uso de bibliotecas diminui com o fim da vida escolar: cai de 62% entre adolescentes para menos de 20% na fase adulta; 12% aos 50 anos; até chegar aos 3% acima de 70 anos.

Avaliando os dados da pesquisa Quitério (2011) afirma que:

São necessárias ações de promoção de leitura que estejam ligadas à vida das pessoas, não só dentro da escola, com programas bem planejados que motivem mais os jovens. As bibliotecas precisam buscar os leitores por meio de algum tipo de promoção, ampliando tais ações, usando o livro e todos os suportes de leitura (Internet- MinC), manifestações culturais e artísticas (QUITÉRIO, 2011, p.60).

Quanto aos não-leitores a pesquisa apresenta os seguintes dados: 16% da amostra da pesquisa são considerados analfabetos e dos alfabetizados, declaram-se não-leitores 48%, ou seja, não leram um livro nos últimos três meses.

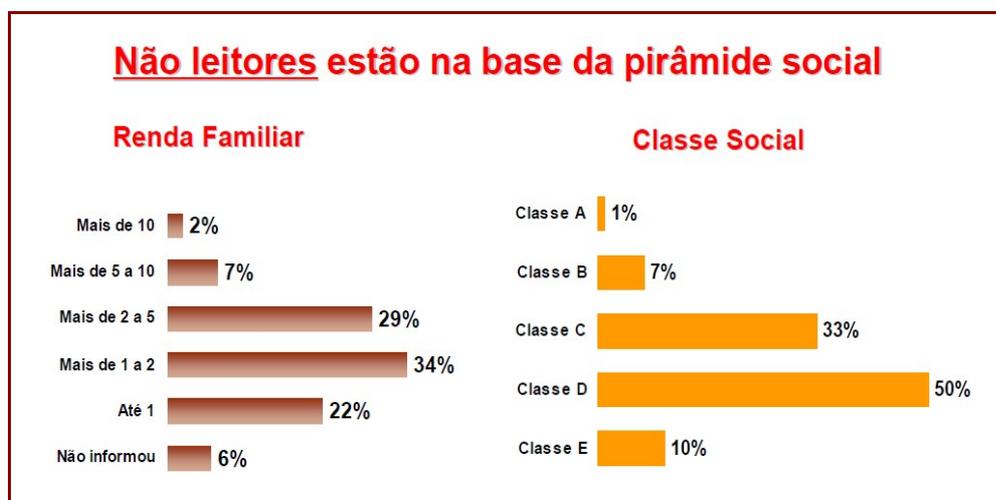
A partir dos dados, pode-se perceber que o número de não-leitores diminui de acordo com a renda familiar e de acordo com a classe social, o que leva à conclusão de que o poder aquisitivo é significativo para a consolidação da prática da leitura.

Os dados da pesquisa confirmam a necessária e estreita relação entre leitura e educação e, objetivamente, com a escola, primeira encarregada da alfabetização e do letramento.



**Gráfico 3:** Escolaridade dos não-leitores  
**Fonte:** Pesquisa Nacional por Amostras por Domicílio (PNAD/ IBGE)

O número de leitores varia conforme a renda familiar e a classe social. Na classe A quase não há não leitores. Pode-se concluir, então, que o poder aquisitivo é significativo para que sejam leitores ativos.



**Gráfico 4:** Não-leitores: relação renda/classe  
**Fonte:** Pesquisa Nacional por Amostras por Domicílio (PNAD/ IBGE)

Ainda quanto às barreiras à leitura, principalmente na camada média da população, onde se concentra o maior número de leitores, a pesquisa concluiu que a baixa presença nas bibliotecas aliava-se ao baixo poder aquisitivo da população para compor o mais forte impedimento para o aumento do índice de leitura. A falta de incentivo à leitura é posta como grande motivo desse quadro que a coloca como uma prática não corriqueira (PAIM, 2011, p. 6).

Oliveira (2011, p.15), o direcionamento de políticas públicas eficazes com pesados investimentos financeiros e a reformulação total do sistema educacional do país que já se encontra defasado, seria possivelmente a única saída para uma chance de melhoria. Segundo Bueno (2011, p.41), não se criam políticas públicas que realmente instiguem o cidadão a fomentar o aspecto crítico dentro de si.

Camargo aponta que:

Um viés para ser seguido, no que corresponde aos problemas enfrentados pela inserção da leitura na vida dos brasileiros, se baseia num maior comprometimento governamental em propor soluções reais que compreendam a melhoria no padrão de ensino das escolas públicas, onde é necessária grande transformação, desde a mudança na situação de despreparo dos professores, de falta de bibliotecas, até incentivos à leitura como ação agradável e importante para a formação de cidadãos (CAMARGO, 2011, p. 30)

Segundo Lázaro e Beauchamp (2008, p.74) a pesquisa **Retratos da Leitura no Brasil** “confirma que as políticas públicas de acesso ao livro e de promoção da leitura têm importância fundamental para reduzir as desigualdades regionais e de classe”.

#### **4.7 O papel da biblioteca no incentivo à leitura**

*É um prazer ter o livro na estante, mas  
encontrá-lo é outra emoção.*  
(Mindlin)

Uma grande parcela da população do Brasil é excluída da educação, da cidadania e excluída da informação, ponto essencial para o desenvolvimento. Nesse sentido a leitura como forma de adquirir informação, passa pelo processo de falta de democratização desde o início da história brasileira. O ato de ler sempre foi privilégio da classe elitista e isso reproduz e mantém a desigualdade social.

Silva (2010) afirma que para que as pessoas tenham acesso aos livros é necessário que organizações como livrarias, editoras, bibliotecas, escolas, etc. façam a difusão dos livros. Isso faz parte do processo de democratização da leitura e no Brasil essa difusão é precária, principalmente nas escolas e nas bibliotecas públicas.

As bibliotecas conceituam-se como instituições que foram criadas há séculos e que evoluíram e continuam a evoluir, para melhor atender as necessidades da sociedade e como meio de seu desenvolvimento, nelas é possível o acesso à informação em vários suportes.

Segundo Milanesi (2003) a primeira biblioteca Pública foi fundada em 04 de Agosto de 1811, na Bahia por iniciativa de Pedro Gomes Ferrão de Castela Branco juntamente com um grupo de cidadãos associados. A Biblioteca Pública da Bahia foi implantada sem nenhuma verba ou local específico, tendo que manter-se por meio de doações de pessoas interessadas em prover os recursos financeiros para a aquisição do acervo, do mobiliário e dos materiais necessários para o serviço, inclusive, para o pagamento dos recursos humanos.

De acordo com Araújo (2002), a implementação da biblioteca pública da Bahia, bem como de outras bibliotecas públicas, não viria atender à grande maioria (analfabeta e escravizada) da população brasileira [...] esta instituição era inacessível à grande maioria de analfabetos, que compunham a população brasileira da época.

Assim, a biblioteca pública brasileira durante o período colonial e imperial, pode ser considerada como uma instituição cultural elitista e alheia às necessidades educacionais e informacionais da maior parte da população (ARAÚJO, 2002, P. 18).

Para Araújo (2002), a biblioteca pública enquanto instituição estatal só começou a acontecer, no Brasil, em 1937 com a criação do Instituto Nacional do Livro – INL, que tinha o objetivo de incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional.

Nessa época era necessário que a biblioteca se dedicasse à disseminação de uma política de leitura. Mas a grande preocupação era a conservação da produção bibliográfica. Muitas bibliotecas se negavam a emprestar os livros temendo que fosse roubado ou danificado. Os livros eram encadernados com a idéia de preservação eterna, a concepção de livro de consumo demorou a chegar no Brasil.

O alto índice de analfabetismo, problemas sociais e a falta de políticas educacionais impossibilitou a construção de um público leitor. Até a década de 1970, a grande parte das bibliotecas públicas não possuía um local efetivo para seu funcionamento, assim como não havia uma política de promoção para a leitura.

As bibliotecas escolares eram verdadeiros depósitos de livros desatualizados, que transmitiam a idéia de lugar de castigo. Várias gerações foram concebidas nesse contexto tão complexo que em nenhum momento se preocupou com a leitura.

A destinação de recursos ao acesso à informação, atualmente ainda é precária. A falta de políticas de fortalecimento à biblioteca e aliada ao elevado preço dos livros e ao desinteresse pela leitura colaboram para a exclusão informacional.

Em seu “Manifesto sobre a Biblioteca Pública”, elaborado pela UNESCO e pela IFLA (1994), afirma sua confiança na biblioteca como força para a educação, cultura e informação. E acredita que a conquista da sociedade aos direitos, a democracia, cidadania e liberdade é proporcionada pela educação e pelo livre acesso ao conhecimento, à cultura e a informação. E a biblioteca pública tem papel fundamental nesse processo.

Para Suaiden (1995) um dos principais objetivos da biblioteca pública é formar leitores e para isso ela deve interagir com a comunidade, ter acervo

adequado às necessidades da população, contar com funcionários qualificados e principalmente comunicar-se diretamente com a comunidade.

E Abramovich (2001, p.162-163) complementa que “... uma biblioteca é um centro de descobertas, de silêncio repousante, de provocação para olhar, mexer e encontrar algo de saboroso [...] de possibilidades [...] encantamentos.”

A implantação de Programas de incentivo à leitura em comunidades carentes surge como uma forma de democratização da leitura. Os integrantes dessas comunidades podem fazer uma reflexão crítica da realidade na qual estão inseridos e criar um novo mundo.

Baptista (2006) aponta que a ausência do Estado, na implantação de uma política séria para a área em relação às bibliotecas escolares e às atividades de leitura, reforça a precariedade do atendimento bibliotecário às comunidades carentes. Concretamente, temos iniciativas isoladas que atendem às periferias.

Por exemplo: o projeto “**Mala do Livro**”<sup>2</sup> no Distrito Federal, que atende comunidades distantes do centro. Esse tipo de iniciativa é comum nas principais capitais, mas não atendem às comunidades isoladas, sem assistência quanto às necessidades básicas (alimento, moradia etc.) em que ler, ter acesso ao livro e o acesso digital são impensáveis. (BAPTISTA, 2006).

Uma política pública reflete a vontade de diferentes setores da sociedade em avançar para uma determinada direção e representa uma articulação coerente de medidas para transformar uma situação e permite garantir que os problemas não serão crônicos e idênticos aos que sempre existiram. GOLDIN (2003, apud Rosa;Oddone, 2006)

É função primordial do Estado ocupar-se dos direitos básicos da população e de seu desenvolvimento econômico e social. A leitura constitui-se num desses direitos e contribui para o desenvolvimento. O que se pede ao Estado é a vontade política para articular, estimular e apoiar experiências qualificadas (REUNIÕES, 1994, p.16)

---

<sup>2</sup> *Mala do Livro* é um programa voltado à criança, ao adolescente e ao adulto, visando facilitar o acesso à informação e à leitura. É coordenado pela Diretoria de Bibliotecas da Secretaria de Cultura do GDF e surgiu no formato de biblioteca domiciliar em 1990, como atividade de extensão da Biblioteca Pública de Brasília.

## **4.8 Comunidades Rurais**

Segundo Soares e Carneiro (2010) a expressão **comunidades rurais** pode ser usada para os povoados e núcleos rurais, para as localidades de residência e trabalho de agricultores familiares, os aglomerados rurais dos parcelamentos de terras, os assentamentos da reforma agrária, as comunidades de remanescentes de quilombos, as indígenas, ribeirinhas e os agrupamentos de famílias trabalhadoras e residentes em grandes propriedades agrícolas.

A maioria dessas comunidades rurais é pobre e vive em condições desfavoráveis: as instalações de educação e saúde não estão prontamente disponíveis, os sistemas de água e esgotos em geral são inadequados e os pobres rurais enfrentam graves restrições no acesso a tecnologia e a informação. A falta de acesso à educação formal e capacitação é outra causa importante da pobreza rural (FIDA, 2009).

Dados do IICA (2011) apontam, que no rural brasileiro, considerando somente as pessoas com algum nível de instrução, somente 1,5% chegaram ao ensino superior, enquanto que 70% completaram o ensino fundamental completo. Atualmente, considerando o número de matrículas ativas, 64,2% estão cadastrados nos anos iniciais do ensino médio e 30% nos anos finais do ensino fundamental – já no meio urbano 40% estão nos anos iniciais e 36% nos anos finais do ensino fundamental.

Ao se tratar do meio rural brasileiro, deve-se levar em consideração o contingente populacional de mais 31 milhões de habitantes representando 16,7% da população brasileira, conforme dados da PNAD/IBGE, e ainda podemos analisar um Brasil rural muito mais amplo ao agregar os pequenos povoados localizados no perímetro definido como urbano por leis municipais, mas que estão distantes de quaisquer equipamentos comumente encontrados em áreas urbanas. (SOARES,; CARNEIRO, 2010).

Lima (2008) aponta que a área rural ainda é aquela com os maiores índices de miséria e pobreza. “As características da pobreza e da exclusão social no meio rural diferem daquelas que se manifestam nas áreas metropolitanas e urbanas” (LIMA, 2008, p. 32)

Priorizar as políticas públicas em benefícios dessa população tem se constituído como uma das estratégias do Estado para promover a inclusão social de famílias em condição de risco nas zonas rurais do Brasil.

Segundo Lemos (2005) ações prioritárias serão necessárias para que a pobreza seja eliminada do meio rural.

“No setor rural, tendo sido resolvidas as questões fundiárias, via reforma agrária, a pobreza poderá diminuir, por exemplo, via:

- Políticas de crédito com juros favorecidos para os agricultores,
- Programas de irrigação em pequena escala,
- Melhoria da infra-estrutura de transporte,
- Desenvolvimento de tecnologias adequadas às condições da agricultura familiar,
- Serviços gratuitos de assistência técnica,
- Extensão rural e pesquisa para os agricultores familiares,
- Educação e acesso à informação”

(LEMOS, 2005, p. 40)

O caráter dessas políticas não deve ser apenas econômico mas deve considerar também os aspectos sociais. Nessa perspectiva de política pública, o Brasil ainda está distante, notadamente, nas áreas rurais.

Esses projetos de incentivo à leitura e as chamadas bibliotecas populares devem trazer à tona as necessidades, as dificuldades, as inquietações do público para o qual foram criadas. As bibliotecas dessas comunidades não podem ser meros depósitos de livros, mas “fatores fundamentais para o aperfeiçoamento e a intensificação de uma forma correta de ler o texto em relação ao contexto”. Freire (2003).

Os programas de incentivam a leitura devem buscar promovê-la da forma a contribuir para a construção do saber da comunidade na qual o projeto está inserido. “A leitura é um importante instrumento para a libertação do povo brasileiro e para o processo de reconstrução de nossa sociedade. (SILVA, 2010).

Na sociedade brasileira onde há diversas classes sociais com diferentes interesses, a leitura é usada não como um direito, mas como privilégio de uma minoria. Em ambientes de menor poder aquisitivo, a biblioteca constitui uma alternativa de grande importância: espaço concreto de acesso a livros.

O domínio da capacidade da leitura gera maior mobilidade dos grupos humanos, aumento qualitativo da capacidade crítica e crescimento de seu potencial reivindicatório. A leitura dá voz ao cidadão, no sentido de que sua interpretação pode gerar a transformação do mundo. Nesse sentido, a democratização via o acesso gratuito à leitura e ao livro, contribui para formar um cidadão crítico, reflexivo, participativo, conhecedor de seus direitos e deveres e que considera o direito dos demais no exercício da democracia (ROCHA, 2007).

Suaiden ( 2000, p. 60) complementa que “a medida que a biblioteca se vincular adequadamente com a comunidade, ela passará a ser o caminho que possibilitará a participação efetiva na sociedade da informação”.

Quanto aos programas de incentivo à leitura desenvolvidos pelo governo brasileiro, Soares e Carneiro (2010) apontam que esses programas frequentemente não alcançam as comunidades rurais pois o meio rural normalmente não é alvo de projetos de disseminação da cultura, de bibliotecas ou de distribuição de livros.

No que se refere a cultura o PNRA (2003, p.35) —O Plano de Reforma Agrária reconhece o direito das comunidades rurais à cultura, entendida como a valorização de suas práticas culturais e o acesso ao patrimônio da civilização humana. Para isso conta com o Projeto Arca das Letras, com o objetivo de estimular a leitura dentro da metodologia apropriada pelo meio rural, sendo coordenada por monitores da comunidade. Segundo o II Plano (2003, p.35):

Ações de registro e difusão das expressões culturais no meio rural contribuirão para que as populações urbanas conheçam a riqueza e a diversidade do meio rural, valorizando e reconhecendo sua contribuição para a formação social e cultura brasileira. Mas, acima de tudo, contribuirá para fortalecer a autonomia das populações rurais.

## 5 ESTUDO DE CASO

### 5.1 Programa Arca das Letras

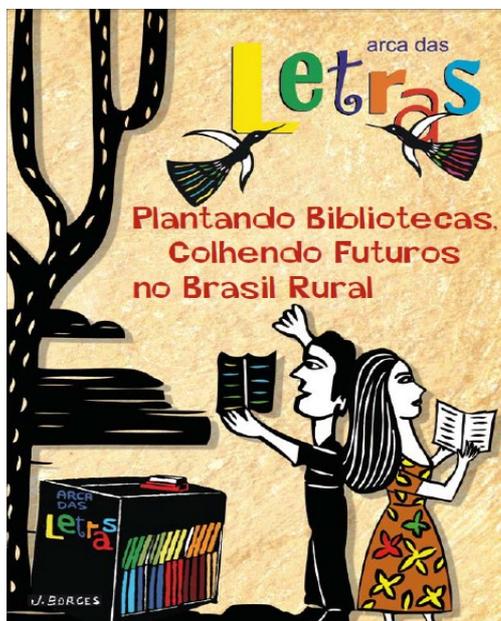


Figura 1: capa da cartilha Arca das Letras

Fonte: <http://www.mda.gov.br>

Desde o seu lançamento em 2003, O Programa de Bibliotecas Rurais Arca das Letras, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, que é o órgão responsável pela política da agricultura familiar, vem alterando a paisagem do meio rural brasileiro. O programa é uma ação que integra o **Plano Nacional do Livro e Leitura** – PNLL que é coordenado pelos Ministérios da Educação e da Cultura.

A implantação de bibliotecas, inicialmente como experiências pilotos, ocorreu em cinco comunidades rurais situadas no Nordeste (semi-árido de Pernambuco) e no Sul (Rio Grande do Sul) do país que divergem entre si na economia, na educação e na cultura.

Foram selecionadas, para o projeto piloto, três tipos de comunidades: assentamento da reforma agrária, comunidades de agricultura familiar tradicional e comunidades quilombolas. Foram realizadas reuniões no local para a apresentação da proposta inicial de bibliotecas, seu formato, possibilidades de composição do acervo, algumas técnicas de organização dos livros e o controle de empréstimos. (SOARES, CARNEIRO, 2010)

Alguns princípios são norteadores de toda a prática de implantação das bibliotecas rurais, tais como:

- participação comunitária no planejamento, execução e gestão das bibliotecas;
- integração de esforços, ações e recursos governamentais;
- formação de agentes comunitários de leitura;
- acervos adequados às necessidades e interesses dos moradores rurais;
- gestão autônoma e coletiva de bibliotecas pelas comunidades.

Foram instaladas em casas de moradores, em armazéns e em sedes de associações das comunidades. Moradores indicados pelas comunidades foram treinados para o trabalho de empréstimo dos livros e para estimular o uso da biblioteca. Durante quatro meses os projetos pilotos foram testados pelas comunidades e a equipe de coordenação do projeto realizou uma avaliação do desempenho da biblioteca em cada local, esse *feedback* foi importante para rever a metodologia tais como: a pertinência dos títulos disponíveis no acervo, a funcionalidade da caixa estante, a compreensão dos agentes de leitura da importância do controle de empréstimo, a localização da biblioteca, a classificação dos livros, etc (SOARES, CARNEIRO, 2010).

Toda essa experiência foi importante para traçar uma metodologia que está se aperfeiçoando a cada biblioteca implantada em uma comunidade rural. Uma política de incentivo a leitura trata-se de uma inclusão social real de uma população específica com problemas e anseios também específicos (SOARES; CARNEIRO, 2010).



**Figura 2: Programa Arca das Letras/MDA**

Fonte: <http://www.mda.gov.br/dotlrn/clubs/arcadasletras>

Desde que foi implantado o Programa Nacional de Bibliotecas Rurais Arca das Letras o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) já instalou 8,7 mil bibliotecas em todo o País: com mais de dois milhões de livros obtidos mediante doações e estão presentes em 35% dos municípios brasileiros. Segundo dados do portal do MDA, o programa funciona em todos os estados da Federação, incluindo o Distrito Federal. Os estados com mais bibliotecas são Ceará (1.000 bibliotecas) e Santa Catarina (976 bibliotecas).

O programa ARCA DAS LETRAS construiu uma metodologia que garante a participação das comunidades no planejamento e na implantação das bibliotecas. Os moradores indicam o local de sua instalação, os assuntos de seu interesse e seus Agentes de Leitura, pessoas voluntárias que são responsáveis pelo empréstimo dos livros e pelo incentivo à leitura na comunidade.



**Figura 3:** Programa Arca das Letras/ MDA  
**Fonte:** <http://www.mda.gov.br/dotln/clubs/arcadasletras>

## **5.2 Agentes de Leitura**

Os agentes de leitura são pessoas voluntárias da própria comunidade, escolhidos em reuniões de consulta que disponibilizam parte do seu tempo para cuidar da biblioteca em sua casa ou em outro local na comunidade.

Eles recebem capacitação em técnicas de organização dos livros, manutenção da arca, controle do empréstimo e incentivo à leitura. As capacitações são realizadas em locais próximos da comunidade, organizados por parceiros locais ou estaduais reunindo várias comunidades de uma mesma região.

Assim como os agentes de leitura, os representantes das instituições parceiras da comunidade participam da capacitação para posterior acompanhamento do funcionamento das bibliotecas.

Além de cuidarem da biblioteca, os agentes de leitura podem formar outros agentes na comunidade, ensinando suas atribuições aos amigos e familiares, tornando a gestão da arca um ato coletivo.

A maioria dos agentes de leitura (até 2009), conforme Soares e Carneiro (2010) afirmam, é formada por mulheres e jovens, que dedicam parte do seu tempo para o empréstimo dos livros e para a realização das atividades que promovem a leitura.



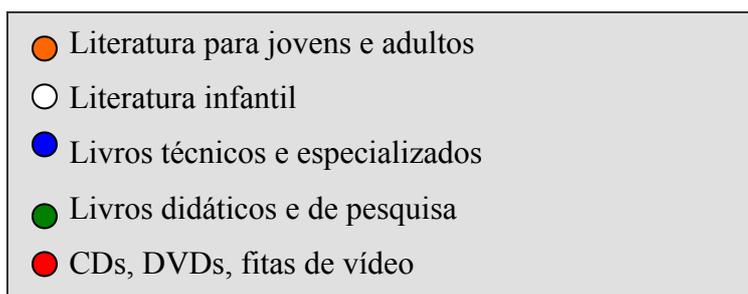
**Figura 4:** Capacitação de Agentes de Leitura  
**Fonte:** <http://www.novafriburgo.rj.gov.br>

### 5.3 O acervo da arca

Hoje cada biblioteca tem cerca de 200 livros e gibis, obtidos por doação de órgãos públicos e privados, ONG's, editoras, artistas e estudantes do meio urbano. Os acervos são formados pelas áreas de literatura infantil, literatura para jovens e adultos, livros didáticos e de pesquisa, livros técnicos e especializados (sobre cidadania, saúde, agricultura). Nos acervos, são incluídos assuntos de interesse das populações rurais em suas realidades específicas.

Assim como a capacitação do agentes de leitura, o acervo da biblioteca deve respeitar e refletir a especificidade de cada comunidade.

Os livros recebem tratamento técnico adequado, compreendendo as etapas de: seleção, agrupamentos por assunto e classificação por cores identificadas com etiquetas conforme a Figura 5:



**Figura 5:** Classificação dos livros/ Arca das Letras  
**Fonte:** <http://www.mda.gov.br/dotln/clubs/arcadasletras>

Os exemplares estão distribuídos em literatura brasileira e estrangeira para crianças, jovens e adultos, livros didáticos para realização de pesquisa escolar e também livros técnicos de interesse da comunidade que possam contribuir para o desenvolvimento da comunidade. Para facilitar a organização e os procedimentos de pesquisa e controle dos livros pela comunidade e pelos agentes de leitura, os livros são carimbados e possuem ficha de devolução.

Em caso de perda ou danificação dos livros, sugere-se a reposição de outro livro igual ou diferente. Em alguns casos pode-se estabelecer a cobrança de multa por atraso na devolução do material, os recursos arrecadados seriam investidos na compra de livros ou outro material de uso da biblioteca.

## 5.4 O móvel da arca

Cada biblioteca é formada por: caixa-estante, livros, material de trabalho dos agentes de leitura e material para divulgação comunitária.

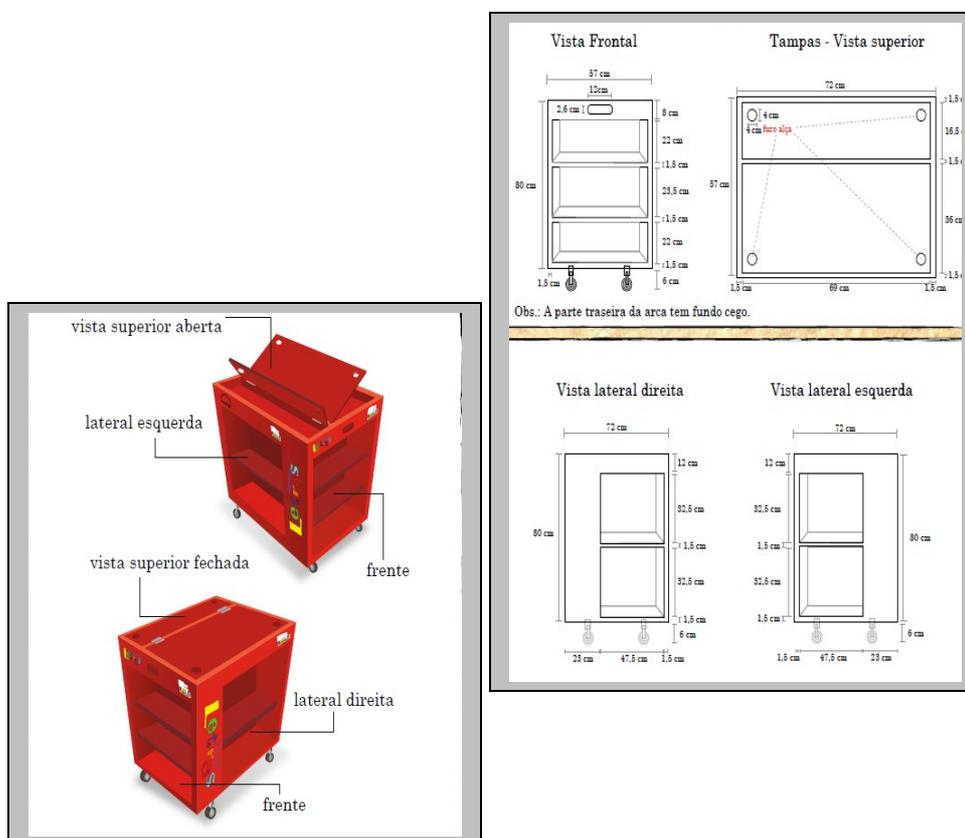


**Figura 6:** Caixa-estante da Arca das Letras  
**Fonte:** <http://www.mda.gov.br/dotlrn/clubs/arcadasletras>

As caixas-estantes são fabricadas em penitenciárias estudais mediante uma parceira do programa com o Ministério da Justiça/Departamento Penitenciário Nacional. Os trabalhadores sentenciados recebem bolsas de trabalho e a concessão de redução da pena. Além das penitenciárias, outros projetos sociais, que visam a promoção da inclusão social, também participam da fabricação das caixas-estantes: pessoas portadoras de necessidades especiais e jovens em situação de risco social.

**Figura 7:** Programa Arca das Letras/ MDA  
**Fonte:** <http://www.mda.gov.br/dotlrn/clubs/arcadasletras>

O programa também incentiva a confecção e montagem da arca na própria comunidade, disponibilizando as especificações para a realização da fabricação. Conforme as Figura 8 a seguir:



**Figura 8:** Especificações para confecção da arca  
**Fonte:** <http://www.mda.gov.br/dotln/clubs/arcadasletras>

Segundo instruções da Cartilha Arca das Letras (2008), a arca deve estar organizada conforme as seguintes indicações:

- Lado esquerdo: livros com etiquetas na cor azul;
- Lado direito/ prateleira de cima : livros com etiquetas na cor laranja;
- Lado direito/ prateleira de baixo: livros com etiquetas na cor branca;
- Frente: espaço reservado para exposição de livros com destaque, CDs, DVDs e Fitas de vídeo;
- Parte superior larga: revistas, folders, cartazes e pasta com fichas para empréstimo (**anexo 1**);
- Parte superior estreita: espaço para canetas, cola, marcadores e carimbos.

## 5.5 Arca das Letras no Distrito Federal



**Figura 9:** Lançamento Arca das Letras na Fazenda Larga  
**Fonte:** arquivo pessoal

O programa Arca das Letras foi implantado no DF por meio de uma parceria entre o MDA, Secretaria de Juventude, Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal e a EMATER/DF. O MDA doa o acervo e fornece o curso aos agentes de leitura, a Secretaria de Juventude fornece os móveis e a Secretaria de Agricultura juntamente com EMATER-DF mobilizam os jovens das áreas rurais do DF.

O lançamento oficial do Programa Arca das Letras no Distrito Federal ocorreu na abertura da *Agrobrasília 2011 (Feira de Tecnologia e negócios voltada para o agronegócio)* em 17 de Maio.

Em 2009, o MDA, com o apoio do Banco do Brasil, instalou uma biblioteca como projeto-piloto no assentamento **Chapadinha**, em Brazlândia. A coordenadora nacional do Arca das Letras do MDA, Cleide Soares, explica que a experiência do projeto-piloto ajudou a equipe técnica do programa a entender o perfil do público do campo no DF.<sup>3</sup>

<sup>3</sup> Trecho refere-se à entrevista concedida à Rádio MDA.

Fonte: [http://www.mda.gov.br/portal/radio/sounds-view?sound\\_id=7739002](http://www.mda.gov.br/portal/radio/sounds-view?sound_id=7739002)

As primeiras arcas foram entregues às comunidades rurais **Café sem Troco**, localizada na região do Paranoá e o **Assentamento Fazenda Larga**, em Planaltina/DF.

Na comunidade do Assentamento Fazenda Larga localizada em Planaltina/DF, a Arca foi inaugurada em 29 de Maio juntamente com a entrega de outro projeto social para comunidades rurais, a **Casa Digital** que também é de iniciativa do MDA.

O evento contou com a presença de autoridades do Governo do Distrito Federal, do Governo Federal e moradores das comunidades.



**Figura 10:** Lançamento Arca das Letras/ DF  
**Fonte:** arquivo pessoal



**Figura 11:** Lançamento Arca das Letras/ DF  
**Fonte:** arquivo pessoal

Segundo a bibliotecária da EMATER/DF e coordenadora do programa no Distrito Federal, Kelly Francisca R. Eustáquio, o projeto inicial tinha a intenção de implantar 20 bibliotecas nas áreas rurais do Distrito Federal ainda em 2011, porém a Secretaria de Juventude enfrenta dificuldades em encontrar parceiros para a construção dos móveis. “O acesso ao livro e à informação no meio rural é um dos objetivos do programa Arca das Letras. Além de apoiar a produção rural com livros técnicos sobre agronegócios, o programa incentiva o hábito da leitura e também o exercício da cidadania. Esperamos que em 2012 consigamos atingir as metas do programa para o DF.”

<b>Comunidades rurais do DF que irão receber a Arca das Letras</b>
Assentamento 13 de Maio – São Sebastião
Assentamento 26 de setembro – Estrutural
Assentamento Betinho – Brazlândia
Assentamento Contagem – Sobradinho
Boqueirão – Paranoá
Cabeceirinha – Jardim
Chapadinha – Alexandre de Gusmão
Colônia agrícola Buriti Vermelho – Jardim
Colônia agrícola Riacho Fundo – Vargem Bonita
Córrego do Ouro – Sobradinho
Fazenda Santarém – São Sebastião
Núcleo Rural Laje da Jibóia – Ceilândia
Núcleo Rural Monjolo – Gama
Núcleo Rural Ponte Alta – Gama
Núcleo Rural Sarandi – Planaltina
Núcleo Rural Taquara – Planaltina
Pré-assentamento Pequeno William – Planaltina
São José – Rio Preto – Planaltina
Tabatinga – Planaltina
Zumbi dos Palmares – São Sebastião

### **5.5.1 Comunidade rural Café sem Troco**



**Figura 12:** comunidade Café sem Troco  
**Fonte:** arquivo pessoal

De acordo com a reportagem do Jornal Correio Braziliense de 10/01/2010, na década de 70, caminhoneiros que passavam na BR-251 na região de São Sebastião- DF, paravam para tomar café em um bar de madeirite construído à beira da pista chamado, Panela Velha. Logo o bar ficou conhecido pelo saboroso café e também por nunca ter troco para notas altas. Os motoristas sabiam que naquele ponto, o café era sem troco. Com o passar dos anos o bar mudaria seu nome para Café 100 troco e, mais tarde, o nome batizou toda a região que é chamada de Café sem Troco.

Segundo dados do Jornal Correio Braziliense, atualmente a região abriga 12 mil habitantes e conta com 1 posto de saúde e 1 escola, a Escola Classe Café sem Troco, com 280 alunos da educação infantil e ensino fundamental. A comunidade fica localizada próxima ao PAD/DF (Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal) e lá podem dar continuidade aos estudos.

A 56km de distância de Brasília, a comunidade rural Café sem troco abriga diversas famílias em casas simples de alvenarias. O desenvolvimento econômico da comunidade ainda é discreto, além de restaurantes, que atendem os motoristas, os moradores já podem contar com mercadinho, lojas de materiais de construção e salões de beleza. Consta nos dados da EMATER-PAD/DF 81 pessoas cadastradas como agricultores rurais.

A biblioteca Arca das Letras chegou à comunidade em 18 de Maio, 1 dia após o lançamento oficial do programa. A comunidade já participa do projeto **Bibliotecas Casa do Saber**, de iniciativa da Rede Gasol. Este projeto de iniciativa à leitura foi implantado na Escola Classe Café sem Troco e favorece apenas os alunos da instituição.

Keila é a agente de leitura da comunidade. Estudante, ela dedica parte do seu tempo para o atendimento ao público e para a manutenção da arca. A família da agente cedeu um espaço; que era utilizado como lanchonete; para a instalação da arca. O local é central e de fácil acesso.



**Figura 13:** biblioteca Arca das Letras na comunidade Café sem Troco  
**Fonte:** arquivo pessoal

“A chegada da arca na comunidade foi uma coisa muito boa. Quem mais faz empréstimos são as crianças. Elas adoram! Muitas delas já leram quase tudo e perguntam quando vão chegar livros diferentes.” *Keila, agente de leitura do Café sem Troco.*

## **6 METODOLOGIA**

Para a realização do presente trabalho foi realizada uma revisão de literatura em livros, artigos de periódicos e páginas da internet relacionadas com o assunto. O embasamento teórico abordou os seguintes temas : exclusão e inclusão social, acesso à informação, a importância da leitura para a inclusão social; os índices da leitura no Brasil, o papel da biblioteca no incentivo à leitura; e comunidades rurais, definições, dificuldades e programas sociais.

Foi elaborado um plano de trabalho para a plena realização das metas propostas. Durante os meses de Outubro, Novembro e Dezembro foi realizado o levantamento bibliográfico, a localização das fontes, visita à comunidade rural Café sem Troco, aplicação dos métodos de pesquisa e levantamento de dados.

### ***6.1 Delimitação do problema***

O objeto de estudo deste trabalho é o Programa Arca das Letras. Por se tratar de um programa de nível nacional tencionou-se, num primeiro momento a descrição do programa e num segundo momento, focalizar para estudo mais profundo a implantação do programa em uma comunidade rural do Distrito Federal.

### ***6.2 Tipo de pesquisa***

Considerando os objetivos já mencionados, trata-se de uma pesquisa quantitativa e de natureza descritiva. Os dados foram obtidos através de entrevistas semi estruturadas, com perguntas fechadas e abertas, relevantes à pesquisa. Os dados foram analisados quantitativamente, evitando a ocorrência de distorções interpretativas. Para Baptista e Cunha (2007) a análise quantitativa possibilita o aumento da margem de confiabilidade quanto às inferências dos resultados obtidos.

### **6.3 Caracterização do universo da pesquisa e amostra**

O universo da pesquisa é composto por comunidades rurais que participam do Programa de incentivo à leitura em comunidades rurais **Arca das Letras**.

O programa está presente em todas as regiões do país. O programa já implantou mais 8.000 bibliotecas em zonas rurais, formando quase 15 mil agentes de leitura. São mais de 2 milhões de livros circulando em todo o território brasileiro. A última Unidade da Federação a ser implantada foi o Distrito Federal, que recebeu em 2011 as 3 primeiras “Arcas” em comunidades rurais situados no entorno.

Para analisar a presença da biblioteca Arca das Letras no meio rural, optou-se por selecionar uma das comunidades contempladas pelo programa no DF.

A metodologia proposta é um estudo de caso, tendo a Comunidade rural *Café sem Troco* do DF como sujeito da pesquisa. A natureza dos dados necessários para a compreensão do fenômeno, conduziu a elaboração de uma entrevista semi-estruturada que combinam perguntas fechadas e abertas.

### **6.4 Instrumento de coleta de dados**

Como instrumento de coleta de dados foram utilizados a observação e a entrevista semi-estruturada mediante um roteiro (*anexo 2*), contendo 12 perguntas divididas em duas partes:

- Questões fechadas (dados demográficos)
- Questões abertas (respostas livres)

Foram realizadas 20 entrevistas com moradores da comunidade. No início de cada entrevista o entrevistado foi informado quanto aos objetivos da pesquisa. Por motivo de dificuldades para o deslocamento até a comunidade, e com o apoio da coordenadora do programa no DF, Kelly Eustáquio, as entrevistas foram realizadas em 1 dia.

As entrevistas ocorreram mediante visita de casa em casa e registradas por escrito, dando sempre o retorno ao entrevistado do que estava sendo registrado. Em relação à análise dos dados, as informações que poderiam identificar o entrevistado foram suprimidas.

## 6.5 Variáveis

As variáveis foram estabelecidas de acordo com os objetivos específicos definidos. Foram divididas em:

- Variáveis dos dados demográficos:
  - Sexo;
  - Idade;
  - Escolaridade e
  - Renda

Para análise das questões abertas, a fala, os conceitos e as impressões dos entrevistados foram separadas em idéias homogêneas e idéias excludentes.

Para a reunião e análise dos dados foi utilizado a ferramenta *Excel*.

## 6.6 Análise dos dados

### 6.6.1 Gênero dos entrevistados

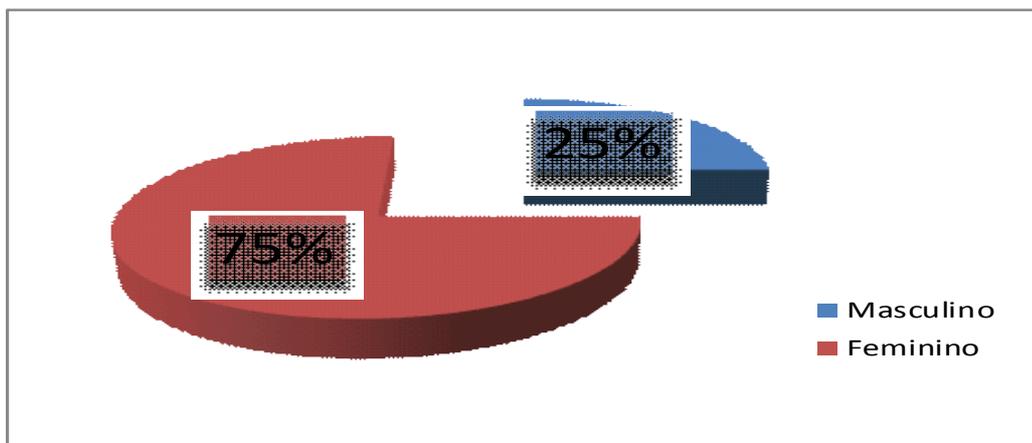
Foram levantados dados para conhecimento do perfil dos moradores da comunidade rural Café sem Troco. Informações relacionada à idade, gênero, escolaridade e renda.

A Tabela 2 apresenta a frequência do gênero dos entrevistados e o Gráfico 5 apresenta os resultados dos dados em porcentagens. Percebe-se que entre os entrevistados houve maior frequência do gênero feminino.

**Tabela 2:** Gênero dos entrevistados

Gênero	Frequência
Feminino	15
Masculino	5
<b>Total</b>	<b>20</b>

**Gráfico 5:** Gênero dos entrevistados



Quanto à ocupação, das 15 mulheres entrevistadas, 7 afirmaram ser “donas de casa”, ou seja, 47%, outras 7 afirmaram ser estudantes (47%) e 1 entrevistada relatou que trabalha (6%).

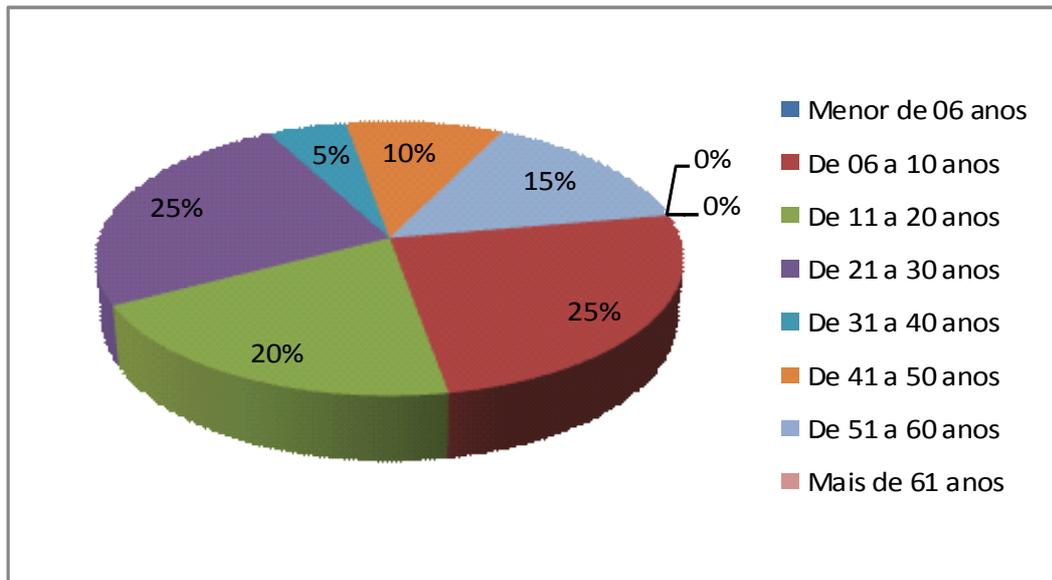
### 6.6.2 Faixa etária dos entrevistados

Como forma de sintetizar a apresentação dos resultados, uma vez que se tratava de uma pergunta aberta, optou-se pela classificação das idades em faixas etárias. A Tabela 3 apresenta os resultados quanto a idade dos entrevistados e o Gráfico 6 os resultados em porcentagens.

**Tabela 3:** Faixa etária dos entrevistados

Faixa etária	Frequência
Menor de 06 anos	0
De 06 a 10 anos	5
De 11 a 20 anos	4
De 21 a 30 anos	5
De 31 a 40 anos	1
De 41 a 50 anos	2
De 51 a 60 anos	3
Mais de 61 anos	0
<b>Total</b>	<b>20</b>

**Gráfico 6:** Faixa etária dos entrevistados



Os resultados demonstram que dentre os entrevistados, há uma concentração em três faixas etárias. Nas faixas entre 6 e 10 anos, um total de 25%; entre 11 e 20 anos, 20% e entre 21 e 30 anos, 25%. Essas faixas etárias somam um total de 70% dos entrevistados.

Cruzando os dados podemos afirmar ainda que, dentre esses 70% que englobam as faixas etárias de 6 a 30 anos, 93% são do sexo feminino e 7% do masculino. Infere-se com esses resultados que existe uma predominância, entre os moradores da comunidade, de pessoas jovens e mulheres.

### 6.6.3 Grau de instrução dos entrevistados

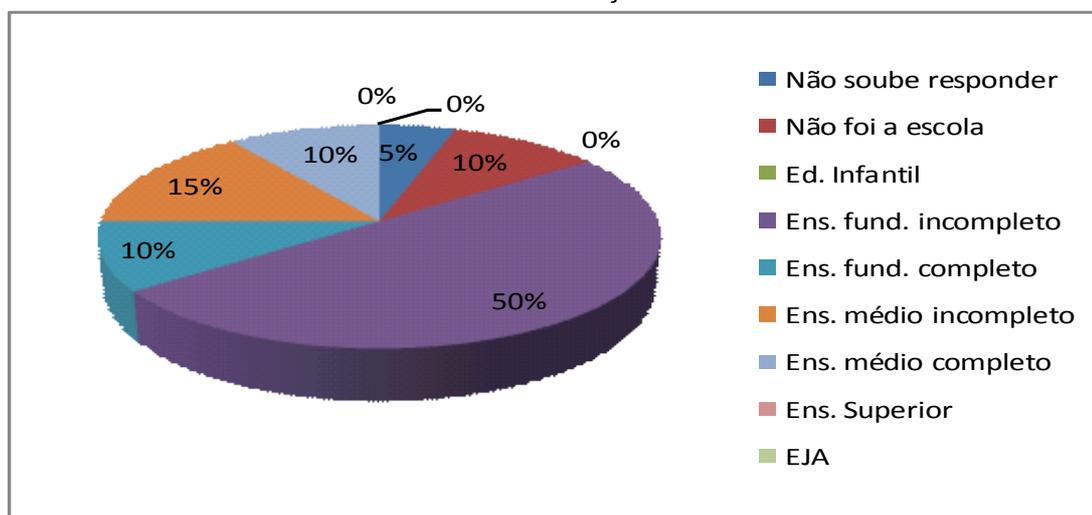
Tabela 4 : Escolaridade dos entrevistados

Grau de instrução	Freqüência
Ed. Infantil	0
Ens. Fundamental incompleto	10
Ens. Fundamental completo	2
Ens. Médio incompleto	3
Ens. Médio completo	2
Ensino Superior	0
EJA	0
Não foi à escola	2
Não soube responder	1
<b>Total</b>	<b>20</b>

Na observância relativa ao tempo de estudo dos entrevistados a Tabela 4 expões que 50 % não concluíram o Ensino Fundamental. Destes, 7 entrevistados ( 70%) estão em idade escolar e 3 (30%) não estão mais em idade escolar. Concluíram o Ensino Fundamental e o Ensino Médio 10%, respectivamente, dos entrevistados. Quanto aos entrevistados que não foram à escola ou não souberam responder soma-se 15% dos respondentes.

É interessante citar que, pelo menos 5 dos entrevistados relataram que a ausência do Ensino de Jovens e Adultos (EJA) na comunidade é uma barreira para o retorno à escola.

Gráfico 7: Grau de instrução dos entrevistados



### 6.6.4 Renda dos entrevistados

A variável renda se fez importante para a pesquisa para possibilitar o conhecimento quanto ao poder aquisitivo dos moradores da comunidade. Como se trata de uma questão aberta, os resultados foram sintetizados em faixas de rendas.

**Tabela 5 :** Renda dos entrevistados

Renda	Freqüência
Até 1 salário mínimo	4
De R\$ 546,00 a R\$ 600,00	0
De R\$ 601,00 a R\$ 700,00	3
De R\$ 701,00 a R\$ 800,00	1
De R\$ 801,00 a R\$ 900,00	0
De R\$ 901,00 a R\$ 1.000,00	1
Auxílio Bolsa Família	2
Sem renda/não se aplica	9
<b>Total</b>	<b>20</b>

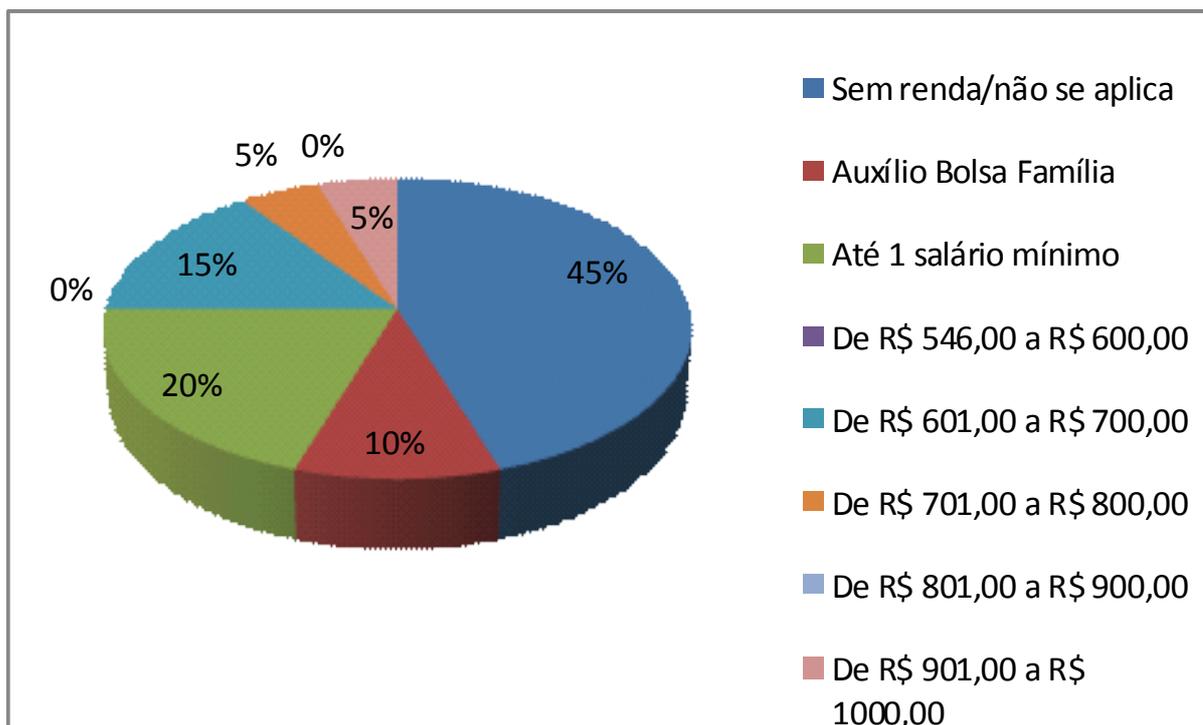
Para melhor compreensão dos resultados, quanto à renda, segue abaixo tabela com respostas, à questão aberta, referente à ocupação dos entrevistados e sua freqüência:

**Tabela 6:** ocupação dos entrevistados

Ocupação	Freqüência
“Do lar”	7
Agricultor	2
Estudante	8
Empreiteiros (pedreiro, pintor, cozinheiro, eletricista, etc.)	2
Serviços gerais	1
<b>Total</b>	<b>20</b>

Foi observado que a economia da comunidade, ainda que considerada rural, não está baseada na agricultura familiar. Foi verificado que alguns moradores plantam em pequenas áreas, apenas para consumo próprio. Muitos dos moradores trabalham para fazendeiros da região. Ainda foi observado, em conversa livre com os entrevistados que, muitos dos moradores da comunidade trabalham no comércio do Paranoá, de Brasília ou em cidades satélites do DF.

**Gráfico 8:** Renda dos entrevistados



Em relação aos entrevistados que afirmaram não possuir renda, 8 (53%) são estudantes e 7 (47%) são “Do lar”.

10% dos entrevistados vivem apenas com o auxílio do governo, o Bolsa Família. Segundo dados do Portal do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o repasse do benefício depende da renda familiar por pessoa, limitada em até R\$ 140,00. Dependendo do número e da idade dos filhos o valor do benéfico recebido pela família pode variar entre R\$ 32 à R\$ 306,00.

### 6.6.5 O gosto pela leitura

A pergunta 7 questionou o entrevistado quanto ao gosto pela leitura. As respostas, por repetição de idéias homogêneas, foram separadas nas seguintes categorias:

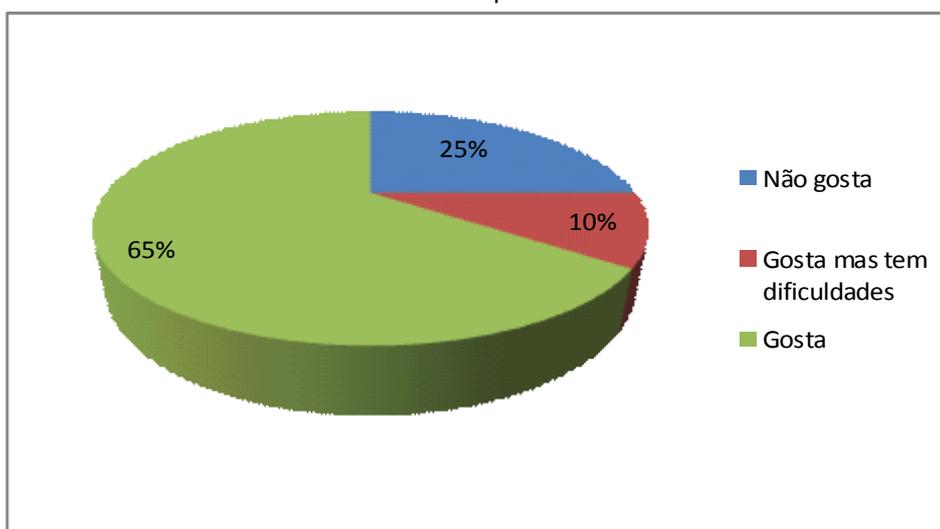
- Não gosta de ler
- Gosta de ler mais tem dificuldades
- Gosta de ler

A freqüência dos resultados do gosto pela leitura é apresentada na Tabela 7 e no Gráfico 9:

**Tabela 7:** Gosto pela leitura dos entrevistados

Não gosta	Gosta mas tem dificuldades	Gosta de ler
5	2	13

**Gráfico 8:** Gosto pela leitura



Os dados refletem parâmetros presentes na sociedade. Dos entrevistados que responderam não gostar de ler (25%), 3 afirmaram que o hábito da leitura nunca

fez parte de suas vidas, nem durante o período escolar (quando eram obrigados a ler) e por isso é muito difícil sentir prazer na leitura.

As alegações, para os entrevistados que afirmaram não gostar de ler, são devido a: falta de tempo; outras preferências; desinteresse; falta de dinheiro; falta de costume; etc.

Quanto ao papel da escola nesse processo, Paim (2010, p.8) aponta que a escola tem sim a responsabilidade na formação de leitores, assim como o ambiente familiar é de suma importância para essa consolidação.

O hábito da leitura nas comunidades carentes, afirma Silva (2010, p.10), está diretamente relacionado ao grau de escolaridade, ao poder aquisitivo e também ao gosto que a população brasileira tem pela leitura.

Quanto aos 13 entrevistados, (65%), que afirmaram gostar de ler, deles afirmaram ler com frequência e lêem apenas quando sobra tempo.

A Tabela 8 apresenta o gênero mais lido pelos entrevistados.

**Tabela 8: Gênero mais lido entre os leitores**

<b>Gênero mais lido entre os leitores *</b>	
Bíblia	6
Literatura/Gibis	6
Jornal	1
Contos e Poemas	1
Auto ajuda	1
Total	15

\* Foi considerado para análise os entrevistados das categorias: **Gosta de ler mais tem dificuldades** e **Gosta de ler**.

A Bíblia é o gênero de maior ocorrência. Ganha destaque na vida dos brasileiros, aponta Silva (2010, p.44). "... nas pesquisas sobre leitura, ela sempre ganha o primeiro lugar."

Aqueles que gostam de ler mas sentem dificuldades somam 10% da amostra. Foi relatado como barreira para a leitura a dificuldade em compreender aquilo que estavam lendo. Esse dado confirma uma realidade brasileira, o analfabetismo funcional. "O veto cognitivo, é um dos impedimentos de fazer uso consciente da informação e a assimilar, processar e produzir novos conhecimentos" (SANTOS, 2007).

### 6.6.6 O Programa Arca das Letras

A pergunta 8 tinha como objetivo verificar, se os entrevistados conheciam o Programa Arca das Letras implantado na comunidade. Na Tabela 9 os resultados estão apresentados:

**Tabela 9: Conhecimento a respeito do Programa Arca das Letras**

<b>Conheciam o Programa Arca das Letras</b>	
Sim	5
Não	15

Constatou-se que 15 dos entrevistados, ou seja 75%, não conheciam o programa, até o dia da entrevista e 5 deles, 25% tinham conhecimento da existência do programa na comunidade.

Averiguou-se que, dos entrevistados que não conheciam o programa Arca das Letras, 6 moravam na comunidade há pouquíssimo tempo.

A bibliotecária da EMATER/DF e coordenadora do programa no Distrito Federal, sugere que a intensa emigração de pessoas na comunidade pode explicar o índice elevado de entrevistados que desconheciam a existência do programa.

A pergunta 9 foi direcionada somente aos entrevistados que conheciam o Programa Arca das Letras.

Foi apresentada duas indagações, a primeira verificou se o entrevistado fazia uso da “arca” . Em caso afirmativo foi indagado quantos empréstimos já haviam sido realizados e, em caso negativo, verificou-se o por quê da não utilização da “arca”. Segue na Tabela 10 o resultados da questão:

**Tabela 10: Realização de empréstimos na biblioteca Arca das Letras**

<b>Realização de empréstimos na biblioteca Arca das Letras</b>	
	<b>Freqüência</b>
Sim, já realizei empréstimos	4
Não realizei empréstimos	1

Foi verificado, junto àqueles entrevistados que realizam empréstimos na biblioteca Arca das Letras, quantos livros, até a data da entrevista, haviam sido retirados. Cabe apresentar o resultado dessa questão em uma tabela.

**Tabela 11: Número de empréstimos realizados**

<b>Número de empréstimos realizados</b>	
Entrevistado 12	17 livros
Entrevistado 13	40 livros
Entrevistado 14	80 livros
Entrevistado 15	53 livros

Os entrevistados, a quem se refere a Tabela 11, são do gênero feminino e estão em período escolar. As respostas foram confirmadas pela agente de leitura da “arca”, mediante apresentação da ficha individual de empréstimo. Foi averiguado que, as entrevistadas já tinham o gosto pela leitura: sempre liam os livros recomendados pela escola.

*“ A arca trouxe o livro para mais perto de nós, agora ficou mais fácil ler.” (ENTREVISTADO 14)*

A não realização de empréstimo relatada por 1 dos entrevistados foi justificada por falta de tempo para dedicação à leitura.

É interessante notar os extremos observados. Enquanto 75% dos entrevistados não tinham conhecimento do programa Arca das Letras na comunidade, 20% dos entrevistados não apenas conheciam o programa como utilizam freqüentemente a biblioteca.

É possível perceber que a leitura consiste num costume socialmente construído. Observa Camargo (2010, p. 27) que a leitura é uma prática que se desenvolve mediante incentivos, onde a mãe e os professores são os principais influenciadores.

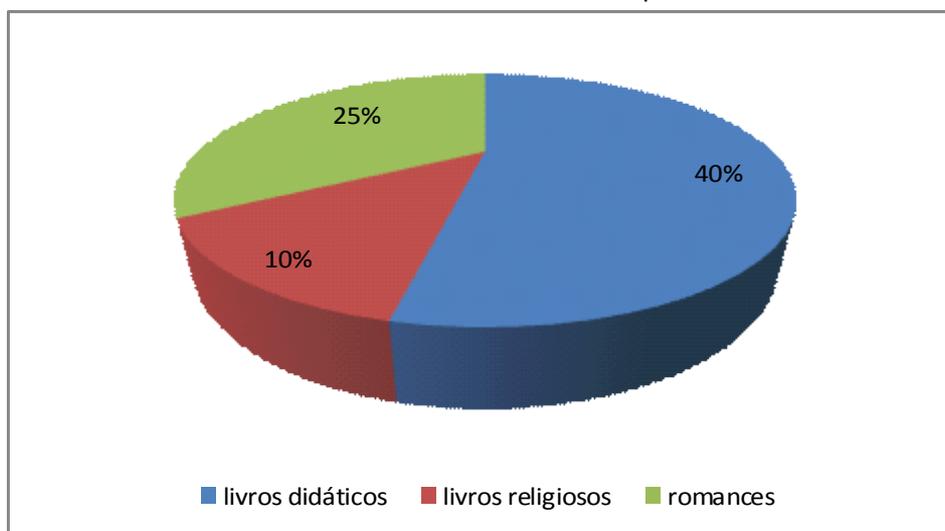
A maioria dos entrevistados relacionam o ato de ler com estudos, com quem está em idade escolar e não como uma fonte de prazer e informação.

O objetivo da pergunta **10** era compreender quais os assuntos/gênero de interesse dos entrevistados. A pergunta foi pertinente para averiguar se existe

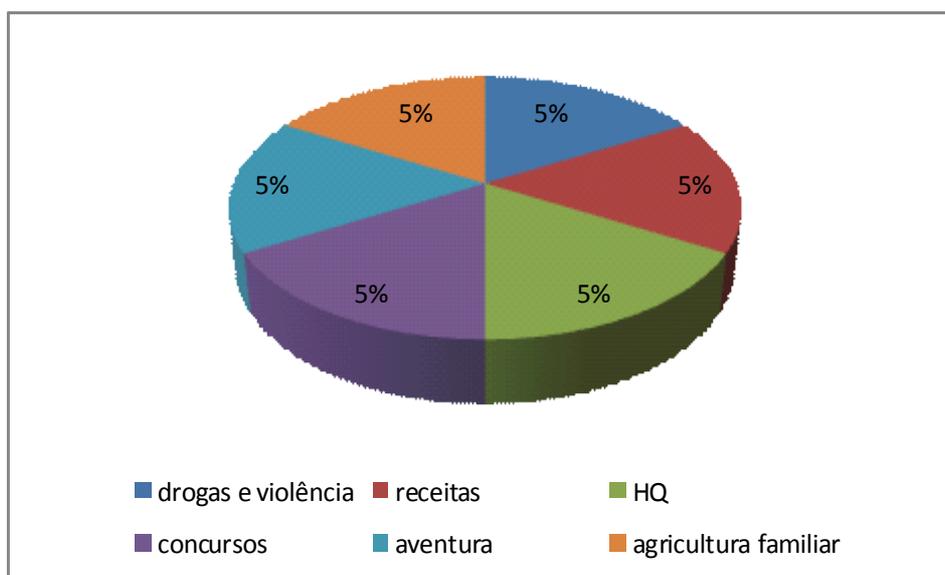
interesse, em assuntos específicos, relacionados com o cotidiano de uma comunidade rural.

Entre os assuntos/gênero citados, a ocorrência de maior repetição, no quesito gênero, foi de livros didáticos (40%), romances (25%) e livros religiosos (10%). Quanto aos assuntos de interesse foi citado: drogas e violência, aventura, receitas e agricultura familiar e concursos, 5% respectivamente. Os resultados estão esquematizados nos Gráficos a seguir:

**Gráfico 9:** Gêneros de maior interesse citado pelos entrevistados



**Gráfico 10:** Assunto de maior interesse citado pelos entrevistados



Ressalta-se que apenas 1 entrevistado (5%), citou, como assunto de interesse para leitura, livros que tratam da agricultura familiar. Uma provável

explicação para o resultado, é o fato de que a comunidade, ainda que localizada no núcleo rural, não desenvolve atividades relacionadas à agricultura familiar.

O gênero romance foi citado por 25% dos entrevistados e observou-se que 100% destes eram do gênero feminino.

Outro dado importante trata-se da relação leitura/escola. Essa idéia esteve presente na fala de todos os entrevistados. Quando questionados sobre leitura 100% dos entrevistados evocavam as seguintes palavras em suas falas: escola e obrigação.

Esses resultados, mais uma vez, confirmam uma realidade brasileira: “o ato da leitura, para a maioria das pessoas, ainda está vinculado a uma obrigação escolar e ao estudo e o abandonam quando não estão mais realizando estas atividades”. (ANDRADE, 2010. p, 19).

Entre os entrevistados interessados no gênero livros didáticos, 87,5 % são adultos. Constatou-se, na fala desses adultos, uma forte relação entre a leitura e os estudos.

*“Na escola até que eu lia, quando a professora mandava. Agora não tem mais pra quê ficar lendo, o tempo de escola já passou.” (ENTREVISTADO 18)*

A leitura decresce entre os adultos, que já não estão mais inseridos no contexto escolar, assim afirma Ferreira (2010, p.55). A escola não tem formado leitores assíduos com hábitos reais de leitura e o uso das bibliotecas está diretamente relacionado com o fato de estar estudando ou não.

O desinteresse, quanto a presença de uma biblioteca na comunidade, foi observado, em número significativo, entre os entrevistados que desconheciam o Programa Arca das Letras. Contudo outro dado chama a atenção: o conceito leitura/conhecimento foi observado na fala de 90% dos entrevistados. Conforme a afirmação de Wolf (2010, p.48), a leitura não é vista, nem entendida, como um instrumento de poder. Infere-se dos dados que os indivíduos compreendem a leitura como atividade intelectual, mas desconhecem que podem adquirir através da leitura soberania intelectual.

Na última questão, os entrevistados foram convidados a responder livremente a pergunta: **“Na sua opinião, a biblioteca Arca das Letras traz benefícios à**

**comunidade?”** A partir da análise de conteúdo, o discurso foi dividido em categorias analisáveis:

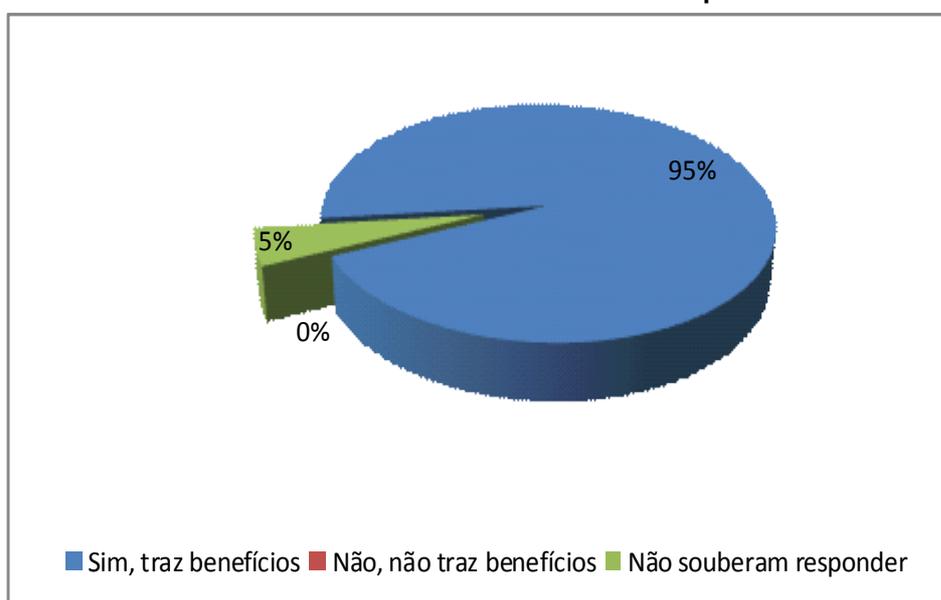
- 1º) A biblioteca traz benefícios
- 2º) A biblioteca não traz benefícios
- 3º) Não souberam responder

Dentro de cada resposta verificou-se a ocorrência de repetições de uma mesma idéia/conceito. Segue na Tabela 12 a freqüência de respostas e no Gráfico 11 a apresentação em porcentagem:

**Tabela 12: Benefícios da “Arca das Letras” para a comunidade**

<b>Benefícios da “Arca das Letras” para a comunidade</b>	
	<b>Freqüência</b>
Sim, traz benefícios	19
Não, não traz benefícios	0
Não soube responder	1

**Gráfico 11: Benefícios da “Arca das Letras” para a comunidade**



Observada uma freqüência dos conceitos e ideias homogêneas nos discursos dos entrevistados, quanto aos benefícios da “arca” na comunidade, para análise as respostas foram divididas em 3 categorias:

- Auxílio nas atividades escolares
- Promoção da cultura e lazer

- Forma de aquisição do conhecimento

Para 42% dos entrevistados a “arca” é importante para o auxílio para as crianças em suas atividades escolares; 37% citaram que a “arca” na comunidade é fonte de cultura e lazer e 21% dos entrevistados afirmaram que a aquisição de conhecimento é um dos benefícios da biblioteca na comunidade.

Segue Tabela e Gráfico da freqüência dos referidos conceitos nos discursos dos entrevistados.

**Tabela 13:** Conceitos/ideias mais utilizados

<b>Conceitos/ idéias</b>	
	<b>Freqüência</b>
Auxílio nas atividades escolares	8
Promoção da cultura e lazer	7
Aquisição do conhecimento	4

**Gráfico 12:** Conceitos/ideias mais utilizados



Embora a pergunta fosse de cunho aberto, o que poderia inibir os entrevistados, foi observado que todos sentiram-se à vontade para expressar suas opiniões. Para auxiliar àqueles que eram mais sucintos nas respostas, foi necessário a interferência do pesquisador com o intuito de provocar a evocação de conceitos no entrevistado.

Verificou-se que 95 % dos entrevistados responderam positivamente quanto aos benefícios, à comunidade e a si próprio, oferecidos pelo Programa Arca das Letras. Os termos mais utilizados em seus discursos, quanto à importância da biblioteca na comunidade foram: *conhecimento, aprendizado, saber, lazer, diversão e desenvolvimento*.

*“Muito bom pra ter conhecimento. Nós não temos livros então é um lugar pra pegar livros. Mesmo sem estudar a gente não pode ficar sem conhecimento.” (ENTREVISTADO 9)*

*“Traz muitos benefícios pra gente, na leitura , a gramática. Já falei pros meus amigos da arca. Eu gosto muito, muito, muito.” (ENTREVISTADO 15)*

*“É muito importante para a comunidade, pois é uma opção de lazer e de cultura.” (ENTREVISTADO 19)*

*“Faz muita diferença né?! É conhecimento. Saber é tudo na vida do ser humano.” (ENTREVISTADO 18)*

Os discursos, transcritos acima, confirmam o que afirma Krasilchik (2010, p.46), os indivíduos vêem a leitura como fonte inesgotável de conhecimento e aprendizagem. As pessoas acreditam que ler acrescenta apenas para determinados fins e não para um conhecimento interdisciplinar que acrescenta para tudo e para toda a vida.

Note-se que 42% afirmaram que a biblioteca Arca das Letras traz benefícios às crianças em idade escolar. Mais uma vez os resultados demonstram que a ideia da leitura para as pessoas, está diretamente vinculada aos estudos.

Cultura e lazer foram os conceitos mais utilizados por 37% dos entrevistados. Muitos relataram que na comunidade não há praças, quadras poliesportivas, parques ou eventos que ofereçam diversão e vêem na “arca” uma fonte de entretenimento. Nesse ponto, é interessante citar que, dos 7 entrevistados que citaram: cultura e lazer, 4 deles relacionam essa atividades como benefícios para as crianças e não para si mesmos.

A “presença” da biblioteca na comunidade é para 21% dos entrevistados é uma forma de aquisição de conhecimento. Alguns dos entrevistados acreditam que a “arca” das letras é uma oportunidade para a comunidade, conquistar conhecimentos e a partir daí modificarem suas vidas.

## 7 CONCLUSÃO

A elaboração deste trabalho despontou do propósito de conhecer o Programa Arca das Letras e suas contribuições para o incentivo à leitura, especificamente em uma comunidade rural do Distrito Federal. Buscou-se contribuir e provocar reflexões quanto ao perfil dos usuários da biblioteca e as possíveis contribuições da biblioteca no meio rural para a promoção da inclusão social por meio da leitura.

Diante de todo o trabalho de pesquisa realizado, e segundo os objetivos propostos, estabelecem-se, aqui, as considerações finais.

Retomando os objetivos que nortearam este trabalho, a pesquisa teve como proposta geral descrever o Programa Arca das Letras, e a comunidade rural Café sem Troco do Distrito Federal, objeto do estudo de caso. Ademais, foram fixados objetivos específicos para verificar: o perfil dos moradores da referida comunidade e a partir da fala dos entrevistados analisar as possíveis contribuições do programa.

Esta monografia, num primeiro momento, descreveu o Programa Arca das Letras: histórico, princípios norteadores, parcerias, metodologia e ainda quanto à implantação do programa no Distrito Federal.

Num segundo momento, a pesquisa verificou o perfil dos moradores da comunidade rural Café sem Troco e analisou e sistematizou os discursos dos entrevistados.

Enfatiza-se, embasados nos dados ora apresentados e analisados, que a democratização da leitura é condição para uma plena democracia cultural e que seus obstáculos são fundamentalmente de natureza estrutural e econômica.

Acrescenta-se ainda que o ato de ler é uma ação política, como incansavelmente defendeu Freire (2001) e, por isso, pode-se dizer que o acesso à leitura depende da organização da sociedade e do Estado, que possibilita mantê-la e reproduzi-la.

Pretendeu-se mostrar com este trabalho a importância de iniciativas governamentais para a promoção da cidadania e acesso à informação, mediante programas de incentivo à leitura.

As comunidades situadas nas zonas rurais são constantemente excluídas dos programas sociais que envolvem o acesso aos bens simbólicos. Programas como o “Arca das Letras” contribuem para diminuir o fosso que separa o meio rural e o meio urbano. Em um país como o Brasil, onde existem problemas sociais a serem superados, ter acesso à cultura letrada é para poucos. Nesse sentido, verificou-se que o Programa Arca das Letras ameniza a ausência de bibliotecas para comunidades que não têm acesso ao livro.

Conforme análise do perfil dos moradores da comunidade Café sem Troco verificou que trata-se de uma comunidade carente, com baixos índices de escolaridade e renda. A presença de uma biblioteca nesse contexto pode gerar desenvolvimento e transformações e em consequência a promoção de inclusão social.

No Brasil, onde historicamente o hábito da leitura nunca foi considerado um item importante para o desenvolvimento do país ou para crescimento intelectual, programas como esse promovem mudanças de paradigmas, reflexão e oportunidades.

A análise das questões abertas mostrou que os moradores da comunidade não vêem a leitura como uma ação agradável e importante para suas vidas. Outro fato relevante é a constante relação leitura/estudo nas respostas dos entrevistados. Confirmando assim, a importância da escola como agente capaz de desenvolver o sujeito leitor e promover hábitos reais de leitura.

Desse modo, a biblioteca também tem o papel de realizar sua função social. Como verdadeiro centro cultural propiciando, à população das áreas rurais, acesso ao livro, oportunidade de modificar sua realidade.

O programa Arca das Letras começa a estender suas raízes de cidadania e cultura nas comunidades do DF. Uma militância alternativa pela leitura, que pouco a pouco, consolida-se no meio rural e se multiplica com a participação de jovens, crianças, idosos, pessoas mais ou menos letradas, acadêmicos, engenheiros, técnicos agrícolas, sindicalistas, estudantes, educadores, entre outros simpatizantes da causa, que incentivam o uso do livro, incluindo a biblioteca no cotidiano dos moradores do meio rural e dessa forma contribuindo para a inclusão social.

## 8 REFERÊNCIAS

1. ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura infantil: gostosuras e bobices**. 5. ed. São Paulo: Scipione, 2001.
2. ARAÚJO, Eliany Alvarenga. Informação, sociedade e cidadania: gestão da informação no contexto das Organizações Não-Governamentais brasileiras. **Ciência da Informação, Brasília**, v. 29, n. 2, p. 155-167, maio/ago. 1999. Disponível em: < <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/297/263> >. Acesso em 01 out. 2011
3. BARRETO, Aldo A. **A questão da informação**. São Paulo em Perspectiva, v.8, n.4, 1994.
4. BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: respectiva, 2003.
5. BUARQUE, Cristovam . **O que é apartação: o apartheid social no Brasil**. Saõ Paulo . ed. Brasiliense, 1993.
6. \_\_\_\_\_. **A Revolução das Prioridades** - Instituto de Estudos Econômicos (INESC), 1993.
7. CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
8. COSTA, Alfredo Bruto da. Exclusões sociais. **Coleção cadernos democráticos**. Lisboa: Gradiva, 1998.
9. COSTA, Marli M. M. da. A efetivação dos direitos fundamentais dos excluídos sociais como pressuposto de cidadania. In.: **NEJ**, v. 12, n. 1, p.107-118. jan/jun. 2007.
10. DUARTE, Adriana Bogliolo Sirihal. Informação, Sociedade e Inclusão Digital. In: REIS, A. S, CABRAL, Ana Maria R. (Org.). **Informação, cultura e**

- sociedade: interlocuções e perspectivas**. Belo Horizonte: Novatus, 2007. p. 101-103.
11. DUDZIAK, Elisabeth Adriana. O bibliotecário como agente de transformação em uma sociedade complexa: integração entre ciência, tecnologia, desenvolvimento e inclusão social. **Ponto de Acesso**, Salvador, v.1, n.1, p. 88-98, jun. 2007. Disponível em:<  
<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/1396/878>>  
Acesso em 29 set. 2011
  12. ESCOREL, Sarah. **Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social**. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 1999.
  13. ESTIVILL, J. **Panorama da luta contra a exclusão social. Conceitos e estratégias**. OIT/STEP: Genebra, 2003
  14. FERREIRA, Rubens da Silva. A sociedade da informação no Brasil: um ensaio sobre desafios do Estado. **Ciência da Informação**, Brasília, v.32,n.1, jan./abril. 2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/%0D/ci/v32n1/15971.pdf>> Acesso em: 29 set. 2011.
  15. IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produto interno bruto dos Municípios: 2004-2008. Contas Nacionais, n.33. 2010. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2004\\_2008/pibmunic2004\\_2008.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2004_2008/pibmunic2004_2008.pdf)>Acesso em: 27/10/2011.
  16. KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. São Paulo: Papirus, 2007. Disponível em: <[http://books.google.com.br/booksid=ncTG4eI0Sk0C&pg=PA3&dq=educaC3%A7%C3%A3o+e+informaC3%A7%C3%A3o&lr=&source=gbs\\_selected\\_pages&cad=3#v=onepage&q&f=false](http://books.google.com.br/booksid=ncTG4eI0Sk0C&pg=PA3&dq=educaC3%A7%C3%A3o+e+informaC3%A7%C3%A3o&lr=&source=gbs_selected_pages&cad=3#v=onepage&q&f=false)>. Acesso em: 29 set. 2011.
  17. LE COADIC, Yves- François. **A Ciência da Informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.
  18. MARTINI, Renato. Inclusão digital & inclusão social. In.: **Inclusão social**, IBICT. v. 1, n. 1, 2005. Disponível em:<

- <http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/view/7/13>>. Acesso em: 15 out. 2011
19. MASUDA, Y. A sociedade da informação como sociedade pós-industrial.
20. MILANESI, Luís. **A casa da invenção: biblioteca, centro de cultura**. 4. ed. Cotia: Ateliê, 2003.
21. MIRANDA, Antônio Lisboa Carvalho de. **Informação para o desenvolvimento: o planejamento bibliotecário no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1977.
22. MOREIRA, Ildeu de Castro. A inclusão social e a popularização da Ciência e tecnologia no Brasil. In.: **Inclusão social**, IBICT. v. 1, n.2, 2006. Disponível em: < <http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/view/29/50>> Acesso em: 15 out. 2011.
23. MOTA, Ronaldo, CHAVES, Hélio Filho. Educação transformadora e inclusiva. In.: **Inclusão Social**, IBICT. v. 1, n. 1, p. 47-50, out./mar., 2005. Disponível em: < <http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/viewFile/3/6> >. Acesso em 01 out. 2011
24. NASCIMENTO, Deise Santos do. **Exclusão informacional e exclusão social: o caso da comunidade Santa Clara**. UFPB: João Pessoa, 2009. 102 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) Universidade Federal da Paraíba, 2009.
25. NASCIMENTO, E.P. Hipóteses sobre a nova exclusão social: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. **Cadernos CRH**, Salvador, n.21, p. 29-47. jul./dez.1994. Disponível em:< <http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=315&layout=abstract&locale=> >. Acesso em 05 out. 2011
26. RATTNER, Henrique. Sobre exclusão social e políticas de inclusão. **Revista Espaço Acadêmico**. Ano II. n, 18, Nov. 2002. Disponível em:< <http://scholar.google.com.br/scholar?hl=pR&q=Sobre+exclus%C3%A3o+social+e+pol%C3%ADticas+de+inclus>

- [%C3%A3o&btnG=Pesquisar&lr=&as\\_ylo=&as\\_vis=0>](#). Acesso em 05 out. 2011.
27. REIS, Carlos Nelson dos, HERPICH, Marta Carrer. Exclusão social e descentralização político-administrativa: a especificidade da política de assistência social. **Revista Virtual Textos & Contextos**, nº 2, dez. 2003.
28. REUNIÕES internacionais de políticas nacionais de leitura: América Latina, Caribe-Mercosul, pacto amazônico e grupo dos três. [S.l.: s.n.], 1994. 56 p. Rio de Janeiro : Ed. Rio, 1982. 210 p.
29. ROCHA, Elizeti T. Caser. A repercussão social da leitura no bairro Goiabeiras – Vitória/ES. **Revista da Academia Espírito-Santense de Letras**, Vitória, Formar, n.86, p. 23-30, 2007.
30. SÁNCHEZ GAMBOA, S. Revolução informacional: pontos de vista para o debate sobre a sociedade da informação. **Transinformação**, Campinas, v.9, n.1, jan./abr. 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n3/a04v29n3.pdf>> Acesso em 29 set. 2011
31. SANTOS, Edison Luis dos. Lacuna cognitiva e limitações da utopia neo-iluminista de “inclusão sociodigital. **Sociedade, Informação e conhecimento**, São Paulo: CBP-ECA-USP. 2010. Disponível em: <<http://www.rabci.org/rabci/sites/default/files/LACUNA%20COGNITIVA%20E%20LIMITA%C3%87%C3%95ES%20DA%20UTOPIA%20NEO-ILUMINISTA%20DE%20INCLUS%C3%83O%20SOCIODIGITAL.pdf>< Acesso em 01 out. 2011.
32. SANTOS, S. R. Tecnologia da informação e democracia: como enfrentar a questão da info-exclusão. **Revista de Ciência Política**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 79-92, nov./dez. 2006. Disponível em: <[http://www.achegas.net/numero/32/sergio\\_santos\\_32.pdf](http://www.achegas.net/numero/32/sergio_santos_32.pdf) >. Acesso em 05 out. 2011
33. SARTÓRIO, Kelly Cristiane. **Exclusão social: os desafios da política pública de inclusão digital no Brasil**. 2008. 125 f. Dissertação (mestrado). Universidade de Brasília.

34. SAWAIA, Bader (Org). Introdução: exclusão ou inclusão perversa? In: \_\_\_\_\_. **As artimanhas da exclusão**. Análise psicossocial e ética da desigualdade social. 4. Ed. Petrópolis. Editora vozes, 2002.
35. SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Leitura na escola e na biblioteca**. São Paulo: Papyrus, 1986.
36. SILVA, Helena et al. Inclusão digital e educação para a competência informacional: uma questão de ética e cidadania. **Ciência da Informação**, Brasília, v.34, n.1, p.28-36, jan./abr. 2005. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ci/v34n1/a04v34n1.pdf> >. Acesso em 01 out. 2011
37. SPOSATTI, Aldaísa. **Mapa da Exclusão /inclusão na Cidade de São Paulo**. São Paulo: EDUC, 1996.
38. \_\_\_\_\_. **Exclusão social abaixo da linha do equador**. Palestra proferida na Pontifícia universidade Católica de São Paulo, 23 abr. 1998. 9p. Disponível em: < <http://www.seuvizinhoestrangeiro.ufba.br/twiki/pub/GEC/RefID/exclusao.pdf> >. Acesso em 01 out. 2011
39. SUAIDEN, E. J. **A biblioteca pública e a formação e manutenção de um público leitor**. In: Programa Nacional de Incentivo à Leitura (Brasil). Leitura e cidadania. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2009. p. 61. Cursos da Casa da Leitura; 2.
40. \_\_\_\_\_. **Biblioteca pública e informação à comunidade**. São Paulo: Global, 1995.112 p.
41. VARELA, Aida Varela. **Informação e construção da cidadania**. Brasília, DF: Thesaurus, 2007.

## **ANEXOS**

**1 Ficha individual de controle de empréstimos.**

**2 Questionário:** Perfil dos moradores da Comunidade Café sem troco.

**3 Fotos:** Arca das Letras da comunidade Café sem Troco

# ANEXO 1



Secretaria de Reordenamento Agrário  
Ministério do Desenvolvimento Agrário



## CONTROLE DE EMPRÉSTIMO

### 1 - Identificação da Arca

Comunidade

Município/Estado

Nome do Agente da Leitura

### 2 - Identificação do Leitor

Nº do Leitor

Nome

Data Nasc. \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ Ocupação

Assinatura

### 3 - Controle de empréstimo de livros

Empréstimos			Devolução	
Título	Emprestado em	Assinatura	Devolver em	Devolvido em
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				
21				
22				
23				
24				
25				
26				
27				

## **ANEXO 2**

### **Questionário**

**1ª Nome**

**2ª Gênero**

Masculino

Feminino

**3ª Idade**

**4ª Escolaridade**

**5ª Ocupação**

**6ª Renda**

**7ª Você gosta de ler?**

**8ª Conhece o Programa Arca das Letras?**

**9ª Já realizou algum empréstimo da biblioteca Arca das Letras?**

**Se a resposta for sim:**

- **Quantos?**

**Se a resposta for não:**

- **Por quê?**

**10ª Em relação aos livros, quais os gêneros e assuntos do seu interesse ?**

**11ª Na sua opinião, o programa Arca das Letras traz benefícios a comunidade Café sem Troco?**

## ANEXO 3

Fotos da “arca” da comunidade Café sem Troco.





GOVERNO FEDERAL  
Secretaria de  
Desenvolvimento Agrário  
Ministério do  
Desenvolvimento Agrário

OL - 010704  
WO TEL: 06  
01 7274-61